



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (MGP)**

FLÁVIA ALMEIDA COSTA GEWEHR

**AS RELAÇÕES ENTRE A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM
PERNAMBUCO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS POSSÍVEIS IMPACTOS
DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE
PERNAMBUCO NO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO AGRESTE
MERIDIONAL**

**RECIFE,
maio/2021**

FLÁVIA ALMEIDA COSTA GEWEHR

**AS RELAÇÕES ENTRE A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM
PERNAMBUCO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS POSSÍVEIS IMPACTOS
DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE
PERNAMBUCO NO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO AGRESTE
MERIDIONAL**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao
Programa de Mestrado em Gestão Pública
para o Desenvolvimento do Nordeste, da
Universidade Federal de Pernambuco.
Orientador: Prof. Marcos Roberto Gois de
Oliveira

Recife,
maio/2021

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

G396r

Gewehr, Flávia Almeida Costa

As relações entre a expansão do ensino superior público em Pernambuco e o desenvolvimento local: os possíveis impactos da implantação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco no desenvolvimento socioeconômico do agreste meridional / Flávia Almeida Costa Gewehr. – 2021.

85 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2021.

Inclui referências e anexos.

1. Ensino Superior – Aspectos econômicos. 2. Democratização do ensino. 3. Desenvolvimento social. I. Oliveira, Marcos Roberto Gois de (Orientador). II. Título.

351 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2021 – 099)

FLÁVIA ALMEIDA COSTA GEWEHR

**AS RELAÇÕES ENTRE A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM
PERNAMBUCO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS POSSÍVEIS IMPACTOS
DA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE
PERNAMBUCO NO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO AGRESTE
MERIDIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra Profissional em Gestão Pública.

Aprovada em: 27/05/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Denilson Bezerra Marques (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Maria Fernanda Gatto (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho aos meus filhos, Maria Luísa e Matheus e ao meu esposo Cleber, pelo apoio e por entenderem os momentos de cansaço e de ausência em suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Faço um agradecimento
Em forma de poesia
Primeiramente ao meu Deus
Pela força todo dia
Fazendo eu chegar aqui
Mesmo numa pandemia!

Agradecer a família
É também essencial
Pelo apoio e torcida
Algo tão fundamental
Com destaque pra Lenita
Minha inspiração total.

Ao marido e as crianças
Perdoem o meu cansaço,
A luta foi exaustiva
Mas é sempre em seu abraço
Que encontro fortaleza
Em tudo aquilo que faço!

Minha mãe sempre ajudando
No cuidado das crianças
Pois pra ir até as aulas
Tive que cruzar distâncias
De Garanhuns a Recife
Viajei várias semanas.

Aos meus colegas de turma
Agradeço imensamente
Por dividirem comigo
A experiência recente
Desde a sala de aula
Voltando a ser discente
Até as trocas em rede,
Por um trabalho decente!

E ao mestre Marcos Góis
Obrigada à paciência
Essa aluna ausente
Não conhece antecedência
Deixando pra última hora
Parte da sua incumbência.

Aos docentes do mestrado
Toda a minha gratidão
Por todo o ensinamento
De matéria ou profissão
Passando conhecimento
E ajudando na missão!

Assim termino estes versos
Solicitando dos céus
Dias de paz e saúde
Depois de um tempo cruel
Que possamos abraçar
Viver normal, aglomerar
Livres de tantos véus!

“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela

RESUMO

O processo de reestruturação pelo qual passou a educação superior no Brasil, desde meados de 1995 até a primeira década deste século, já foi tema de diversos estudos, seja em análises quantitativas ou qualitativas. Contudo, ainda há muito o que se tratar sobre o tema. É extremamente relevante avaliar as políticas públicas voltadas à educação, pois através delas promoveu-se a democratização do ensino de nível superior, levando instituições públicas, gratuitas e de qualidade a diversos recantos do interior do país. Além disso, cada região pode apresentar diferentes repercussões com a chegada de uma IES. Sendo assim, este trabalho se propôs a identificar os possíveis impactos da implantação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE no desenvolvimento econômico e social da região do Agreste Meridional do Estado. O estudo foi dividido em dois artigos, onde o primeiro buscou identificar aspectos da evolução econômica, que apontassem para a influência da implantação da UFAPE em Garanhuns e região, e o segundo investigando as mudanças nos indicadores sociais sugestivos da atuação da instituição de ensino no Agreste Meridional. Foram avaliados indicadores econômicos dos municípios da região, como o PIB; os números da produção de leite (forte Arranjo Produtivo Local); a evolução do número de empresas e da abertura de postos de trabalho formal; e os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM Emprego e Renda). Nos aspectos sociais, foram avaliados os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, o IFDM Educação e os Indicadores de Vulnerabilidade Social (IVS), bem como, extraiu-se importantes dados da pesquisa de Souza (2019), sobre a percepção dos egressos da instituição acerca da efetividade dos cursos de graduação. Os dados foram coletados em diversas fontes como o IBGE, Agência Condepe/Fidem, Firjam, Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD, entre outras origens estatísticas, sendo os dados tratados através do Microsoft Excel para análise comparativa, com elaboração de tabelas e gráficos. Como resultados da pesquisa, constataram-se vários indícios da influência da implantação da UFAPE na economia do Agreste Meridional, bem como, conclui-se que houve diversos fatores na dinâmica social da região que foram impactados pela chegada da instituição de ensino.

Palavras-chave: Democratização do Ensino Superior. Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Social. Política Pública.

ABSTRACT

The restructuring process that higher education has undergone in Brazil, from mid-1995 to the first decade of this century, has already been the subject of several studies, whether in quantitative or qualitative analyzes. However, there is still a lot to deal with on the topic. It is extremely relevant to evaluate public policies aimed at education, because through them the democratization of higher education has been promoted, taking public, free and quality institutions to different corners of the country. In addition, each region may have different repercussions with the arrival of an HEI. Therefore, this work aimed to identify the possible impacts of the implantation of the Federal University of Agreste of Pernambuco - UFAPE on the economic and social development of the region of the Southern Agreste of the State. The study was divided into two articles, where the first sought to identify aspects of economic evolution, which pointed to the influence of the implementation of UFAPE in Garanhuns and region, and the second investigating the changes in social indicators suggestive of the performance of the educational institution in Agreste Southern. Economic indicators of the region's municipalities were evaluated, such as GDP; the numbers of milk production (strong Local Productive Arrangement); the evolution of the number of companies and the opening of formal jobs; and the Firjan Municipal Development Indexes (IFDM Employment and Income). In the social aspects, the Municipal Human Development Indexes (MHDI) and its components, the IFDM Education and the Social Vulnerability Indicators (IVS) were evaluated, as well as important data from Souza's research (2019) on the perception of the institution's graduates about the effectiveness of undergraduate courses. The data were collected from several sources such as the IBGE, Agência Condepe / Fidem, Firjam, Atlas of Human Development / UNDP, among other statistical sources, the data being treated using Microsoft Excel for comparative analysis, with the elaboration of tables and graphs. As a result of the research, several evidences of the influence of the implantation of UFAPE in the economy of the Agreste Meridional were verified, as well as, it is concluded that there were several factors in the social dynamics of the region that were impacted by the arrival of the educational institution.

Keywords: Democratization of Higher Education. Economic Development. Social Development. Public Policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do PIB das Regiões de Desenvolvimento na Economia de Pernambuco 2002-2017 (em %).....	30
Tabela 2 - Empresas do Setor de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.....	39
Tabela 3 - Empresas do Setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.....	40
Tabela 4 - Empresas do Setor de Indústria de Transformação.....	41
Tabela 5 – Quantitativo de Escolas da Rede Básica em Pernambuco.....	44
Tabela 6 - Evolução do IFDM Emprego e Renda – Municípios do Agreste Meridional.....	47
Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes – Pernambuco.....	60
Tabela 8 – Variação do IDHM por Região de Desenvolvimento - Pernambuco.....	61
Tabela 9 – IDHM Educação – Municípios do Agreste Meridional.....	63
Tabela 10 – IFDM Educação – Municípios do Agreste Meridional.....	66
Tabela 11 - Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino.....	69
Tabela 12 – IDHM Renda e IVS – Municípios do Agreste Meridional.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAGRO - Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado De Pernambuco

APLs – Arranjos Produtivos Locais

BDE – Base de Dados do Estado

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Ensino Superior

IFD - Índice Firjan de Desenvolvimento

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFs – Institutos Federais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

JUCEPE – Junta Comercial do Estado de Pernambuco

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MME – Ministério das Minas e Energia

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBF – Programa Bolsa Família

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ProAPL – Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais

PROFIAP – Mestrado Profissional em Administração Pública

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RD – Região de Desenvolvimento

REUNI – Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

SESU – Secretaria de Educação Superior

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SIS – Síntese de Indicadores Sociais

SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública

UAG – Unidade Acadêmica de Garanhuns

UAST – Unidade Acadêmica de Serra Talhada

UFAPE – Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

UFs – Universidades Federais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	14
1.1 Objeto de Estudo.....	16
1.2 Justificativa	17
1.3 Objetivos	20
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos Específicos	21
1.4 Estrutura da Dissertação	21
2. OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA ECONOMIA DA REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL.....	22
2.1 Introdução	22
2.2 Referencial Teórico.....	24
2.2.1. Educação, Desenvolvimento e Gestão Pública.....	24
2.2.2 Desenvolvimento econômico x Desenvolvimento local	27
2.3 Proposta metodológica.....	29
2.4 Análise dos Resultados	30
2.4.1 Evolução do PIB no Agreste e em Pernambuco.....	30
2.4.2 O mercado formal em Garanhuns e região	37
2.4.3 Emprego e Renda no Agreste Meridional	47
2.5 Considerações Finais	49
REFERÊNCIAS	51
3. UMA ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DO AGRESTE MERIDIONAL DE 2000 A 2018.....	54
3.1 Introdução	54
3.2 Referencial Teórico.....	56
3.2.1 Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Sustentável.....	56
3.3 Proposta metodológica.....	59
3.4 Análise dos Resultados	60
3.4.1 Índices de Desenvolvimento Humano de Pernambuco	60
3.4.2 Índices de Desenvolvimento Humano Municipal por Região de Desenvolvimento de Pernambuco	61
3.4.3 Indicadores de Educação	62
3.4.4 Indicadores de Renda e Vulnerabilidade Social	71

3.4.5	Percepção dos Egressos das Ciências Agrárias da UFAPE.....	74
3.5	Considerações Finais	76
4.	Conclusão	78
	REFERÊNCIAS	82
	ANEXOS	84

1. INTRODUÇÃO GERAL

A educação superior no Brasil passou por um processo de reestruturação de meados dos anos 1990 até a primeira década dos anos 2000. O ápice deste processo ocorreu no governo de Luís Inácio Lula da Silva, período entre 2003 e 2011, com a implantação de políticas voltadas para o acesso, permanência e expansão da educação superior pública, com a criação de diversos novos campi de Universidades e Institutos Federais, bem como, com políticas de financiamento ao estudante (MANCEBO *et al*, 2015; BARBOSA *et al*, 2018).

Visando reduzir as desigualdades e promover desenvolvimento social, a educação ganhou uma atenção especial, principalmente no que se refere à democratização do acesso ao ensino superior, reconhecendo-se o fundamental papel das Universidades para o desenvolvimento, como traz o Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, sobre a Análise da Expansão das Universidades Federais.

O reconhecimento do papel da Universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita. A elitização do acesso à educação superior passou a ser fortemente questionada, e apontada como uma das formas de exclusão social. Percebeu-se então que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior. Em 2001, para dar cumprimento ao disposto na Constituição, foi elaborado o Plano Nacional de Educação - PNE (2001/2010), fixando metas que exigiam um aumento considerável dos investimentos nessa área, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis de educação superior. (BRASIL, 2012, p.9)

Assim, o Plano Nacional de Educação – PNE (2001/2010) trouxe diretrizes e metas para a ampliação da Educação de um modo geral e, no que se refere à Educação Superior, previa o aumento dos investimentos e a ampliação do número de estudantes atendidos. A partir do PNE foram estabelecidos os programas de expansão do ensino superior federal, que estabeleceu como meta, o provimento da oferta de educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos até 2010.

Portanto, a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, veio a reforçar os objetivos do PNE criando condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2012).

O Reuni constituiu-se em uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o

desenvolvimento econômico e social. E teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (BRASIL, 2007).

Sobre os efeitos e retornos gerados pela Educação Superior no Brasil, Menezes Filho *et al* (2016) defendem que as universidades podem dinamizar a economia através da injeção de recursos e geração de empregos, do aumento da qualidade e produtividade dos trabalhadores e do aumento da demanda por profissionais altamente qualificados, como professores e pesquisadores.

Assim, os indicadores econômicos e sociais podem trazer indícios da influência da inserção de um novo equipamento público de educação, pois traz mudanças estruturais para a dinâmica local, podendo gerar postos de trabalho, já em sua fase de instalação, e no longo prazo, esse investimento tende a melhorar os resultados econômicos, visto que formará capital humano qualificado para as novas demandas do mercado.

O estudo em tela pretende identificar as transformações econômicas e sociais, ocorridas a partir da política de expansão da Educação Superior e a influência que a universidade pode ter no desenvolvimento local.

Trazendo para o contexto do Estado de Pernambuco, a região Agreste foi contemplada, em 2005, com a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco-UFAPÉ, então Unidade Acadêmica de Garanhuns, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Já no sertão pernambucano também foram implantadas a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF e a Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UAST, da UFRPE, em 2002 e 2006, respectivamente.

Para analisar as influências da interiorização do ensino superior nas transformações econômicas e sociais, optou-se neste trabalho por estudar a região do Agreste Meridional de Pernambuco, onde está implantada a UFAPÉ, a primeira expansão universitária, implantada no governo Lula.

Conforme levantamentos geológicos básicos do Ministério de Minas e Energia, a maior e mais expressiva atividade econômica do Agreste Meridional é a pecuária de corte e de leite, o que faz a região ser conhecida como bacia leiteira do Estado, com destaque para a produção artesanal, semi-artesanal e industrial de laticínios. Além dessas atividades,

destacam-se também as culturas de milho, feijão e mandioca; e culturas permanentes como café e fruticultura. (BRASIL, MME, 2008).

Assim, o arranjo produtivo da região tornou-se o atrativo para a introdução de cursos superiores na área das ciências agrárias, no intuito de fortalecer o potencial da economia local. Diante disso, cabe analisar se a implantação da Universidade no interior do estado cumpriu esse papel de dinamizar e agregar valor à economia, bem como, se trouxe significativas mudanças ao contexto social da região do Agreste Meridional.

1.1 Objeto de Estudo

É objeto deste estudo, o primeiro campus de extensão universitária criado no país pelo programa de interiorização do ensino superior, a Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, que em 2018 passou a se chamar Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE, criada através da Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018, pelo processo de emancipação da unidade de ensino.

Segundo dados do Portal da UFRPE (2019), a UAG, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2005, ofertando os seguintes Cursos de Graduação: Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Pedagogia, Medicina Veterinária e Bacharelado em Zootecnia. A partir de 2009 foram implantados mais três cursos: Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Letras. Ainda em 2009, foram criados três cursos de pós-graduação: Ciência Animal e Pastagens; Sanidade e Reprodução de Ruminantes e Produção Agrícola Sustentável. A escolha pelos cursos oferecidos foi feita de acordo com as características locais, levando em consideração que o papel central da universidade é de influir no desenvolvimento regional (UFRPE, 2019).

De acordo com a Base de Dados do Estado - BDE, disponível no Portal do Governo do Estado de Pernambuco, a Região do Agreste Meridional, onde está instalada a UFAPE, está geograficamente localizada entre a Zona da Mata e o Sertão Pernambucano, situando-se sobre a unidade geoambiental do Planalto da Borborema e é composta pelos seguintes municípios: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga, Venturosa (BDE, 2019).

A Região de Desenvolvimento (RD) tem uma área de 10.910 km², onde, segundo o Censo 2010 do IBGE, vive uma população de 641.727 habitantes, sendo 370.818 habitantes na zona urbana e 270.909 habitantes na zona rural. Dentre os municípios que compõem a região, Garanhuns se destaca economicamente e se estabelece pela importância como polo regional, sendo também o mais populoso, com 129.408 habitantes (IBGE, 2020).

1.2 Justificativa

A instalação da UFAPE há 15 anos, no município de Garanhuns, então Unidade acadêmica da UFRPE, foi a primeira unidade de expansão universitária instalada no país, pelo programa de expansão do ensino superior, empreendido pelo governo federal (UFRPE, 2019), trazendo uma ferramenta de educação pública federal, gratuita e de qualidade para o interior do Estado.

Desde a implementação do programa no país, seus efeitos têm sido debatidos por diversos autores. Vinhais (2013), em seu “Estudo sobre o impacto da Expansão das Universidades Federais no Brasil”, analisou o impacto da criação de novos *campi* universitários sobre a renda *per capita* dos municípios que os receberam e verificou, no período entre 2000 e 2010, um efeito positivo de 3,3% sobre a média da renda *per capita* desses municípios (NIQUITO; RIBEIRO & PORTUGAL, 2018, p. 369).

Contudo, o estudo de Vinhais (2013) retirou da análise os municípios vizinhos daqueles que de fato receberam os *campi*, perdendo o efeito sobre localidades próximas, bem como o escopo de sua análise, limitou-se a dimensão da renda. Já Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), trazem em seu estudo outros importantes indicadores de desenvolvimento, como escolaridade média da população adulta, taxa de fecundidade e desigualdade (NIQUITO; RIBEIRO & PORTUGAL, 2018, p. 369).

Para os supracitados autores o impacto da criação dos novos *campi* universitários sobre a renda *per capita* dos municípios, diretamente afetados, é de 3,57%, estimativa maior do que a anteriormente levantada por Vinhais (2013), o que pode estar relacionado ao fato desses últimos, terem contabilizado a potencial influência sobre as localidades vizinhas. Seus resultados mostraram também, que o efeito é maior sobre os municípios de menor porte.

Uma curiosidade no estudo de Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), é o fato do impacto sobre o nível de escolaridade dos adultos ter tido um efeito negativo, o que, para eles pode estar relacionado à falta de interação entre a política pública e o setor privado. “Se a

existência da universidade não for capaz de atrair mais empresas para as regiões, é possível que a mão de obra qualificada migre” (NIQUITO; RIBEIRO & PORTUGAL, 2018, p. 389).

Ambos os trabalhos realizaram pesquisas quantitativas, tentando identificar mudanças no comportamento econômico que refletissem influências da implantação das IES, contudo é necessário debruçar-se também, sobre os aspectos qualitativos do processo de expansão das universidades federais, pois a qualidade na oferta do Ensino Superior trará outros indícios de sua influência no longo prazo.

Para Mancebo, Vale e Martins (2015), de modo geral, “há uma relação positiva entre educação e desenvolvimento, daí todo o esforço para a expansão do sistema de educação superior”. Já Santos (2017), trazendo também uma abordagem qualitativa sobre a expansão do ensino superior, faz uma análise sobre os desdobramentos da abertura de unidades federais de ensino sobre os Arranjos Produtivos Locais - APLs.

A autora, através de sua análise, entende que as políticas públicas para o ensino superior, especialmente no que se refere à ampliação da rede federal, apresentam objetivos incluídos e de desenvolvimento regional, bem como, promove o fortalecimento dos APLs. Contudo, Santos também conclui, que os efeitos observados em cada campus, aparentam estar proporcionalmente ligados ao capital social da região onde se localizam (SANTOS, 2017, p.90).

Sobre este aspecto Haddad (2018) acrescenta que

um processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região (HADDAD, 2018, p. 21)

Ou seja, o que Santos (2017) e Haddad (2018) apontam é que as potencialidades de determinada região podem ser aperfeiçoadas e dinamizadas, conforme suas capacidades de mobilização social e dos recursos à sua disposição, como os recursos humanos, materiais e institucionais. E sob esse aspecto a inserção de uma universidade devidamente conectada as demandas regionais pode amplificar esse processo de desenvolvimento local. Desta forma, no intuito de conscientizar a sociedade sobre as mudanças positivas, promovidas pela atuação da instituição, para a região do Agreste Meridional de Pernambuco, bem como para fortalecer o vínculo entre sociedade e universidade, é que o estudo em tela, reforça a sua importância.

Outra preocupação de estudos recentes é o fato de que os investimentos em educação superior aumentaram significativamente na primeira década deste século, o que levou a sociedade a questionar os resultados da aplicação desses recursos. Os dados disponíveis no

Portal do MEC, mostram o significativo aumento dos recursos orçamentários destinados à expansão do ensino superior, no período entre 2005 e 2012, conforme quadro abaixo:

Tabela 1 – Recursos orçamentários do programa de expansão 2005-2012

Ano	Custeio	Investimento	Total
2005	2.640.396	64.840.709	67.481.106
2006	52.279.785	331.778.298	384.058.083
2007	73.154.311	366.877.394	440.031.705
2008	177.551.293	759.881.047	937.432.341
2009	332.843.609	1.283.763.854	1.616.607.463
2010	535.092.380	1.210.613.309	1.745.705.690
2011	890.924.058	1.922.229.625	2.813.153.683
2012	1.041.007.761	950.818.403	1.991.826.164
Total Geral	3.105.493.594	6.890.802.640	9.996.296.234

Fonte: SESU/MEC

A disponibilidade de recursos de custeio está diretamente ligada ao crescimento do número de matrículas. Já os recursos para investimentos, pode-se observar um aumento significativo entre os anos de 2009 a 2011, quando foram destinados recursos para obras e aquisição de equipamentos (BRASIL, 2012).

Diante disso, pretende-se demonstrar o quanto a o investimento em educação superior pode contribuir efetivamente na promoção do desenvolvimento social e econômico de uma região, compensando assim o alto grau de investimento por parte do poder público neste setor. Contudo, sabe-se que houve um esgotamento desse modelo de investimento público, devido às restrições orçamentárias impostas nos últimos anos, não houve uma continuidade na ampliação desses investimentos, por diversos motivos, fato que provocou uma estagnação das expansões universitárias e ampliação de número de vagas.

Para a academia, esta pesquisa poderá traçar estratégias de melhorias para o avanço em áreas ainda pouco exploradas do conhecimento na região de desenvolvimento. Permite, ainda, produzir os subsídios necessários para que a gestão da instituição fomente por investimentos de setores privados, através de parcerias, bem como, barganhar, junto ao poder público, por maiores investimentos para a unidade de ensino, mostrando as transformações da realidade local e o crescimento econômico e social, alcançados através da atuação da instituição.

Todavia, é necessário que se observe esse processo de mudança social e econômica por um período longo, pois os impactos gerados através da pesquisa, da extensão e da

inovação promovidos pela universidade, só aparecerão no longo prazo. Assim como, o nível de interação entre Universidade, Empresas e outros setores da Administração Pública também serão melhor mensurados em um tempo maior. **Problematização**

O papel das universidades no desenvolvimento regional tem sido tema de diversos estudos, e o seu potencial efeito positivo, tanto em aspectos sociais quanto econômicos, já tem sido bastante debatido. No entanto, sua importância e credibilidade têm sido questionadas por um efeito negacionista de parcela da sociedade que, ao negar a ciência, considera indevida a ampliação de recursos financeiros a ela destinados. Essa prática acentuou-se em meados de 2018, durante o período das eleições presidenciais, quando houve a disseminação de notícias falsas acerca das universidades públicas, numa tentativa de denegrir a imagem das instituições.

Portanto, surge a necessidade de conscientização da sociedade do importante papel que tem as IFES no processo de desenvolvimento regional e nacional, pois a universidade desenvolve um papel fundamental na dinâmica econômica da região, elevando a qualificação profissional, trazendo inovação tecnológica e ampliando, assim, o desempenho das organizações locais

Os estudos de Vinhais (2013) e de Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), mostram os efeitos positivos do aumento na oferta de ensino superior no país, trazendo dados que comprovam o desenvolvimento econômico nas regiões contempladas pelas políticas de expansão. Porém, sugerem a necessidade de novos estudos que confirmem esses efeitos em longo prazo.

No intuito de identificar os avanços sociais e econômicos, ao longo do período compreendido entre 2000 e 2017, na região do Agreste Meridional de Pernambuco, o seguinte problema será explorado ao longo desta pesquisa: **qual a influência da implantação da UFAPE nas transformações econômicas e sociais na região do Agreste Meridional de Pernambuco?**

Através da interpretação de indicadores obtidos através de diversos institutos de pesquisa, será realizado o levantamento de informações acerca da evolução econômica e social da região em estudo, traçando uma análise quantitativa e qualitativa sobre os efeitos da implantação da UFAPE.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar a influência da implantação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE no desenvolvimento econômico e social da região do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar os principais indicadores, que possam revelar influências da expansão da educação superior no desenvolvimento econômico da região do Agreste Meridional;
- Observar as mudanças na economia local por meio das alterações no comportamento do mercado, através da constituição de empresas e da geração de postos de trabalho;
- Avaliar a evolução dos indicadores sociais dos municípios do Agreste Meridional, ocorridas após a implantação da UFAPE;
- Identificar as possíveis mudanças no comportamento social local, a partir da percepção dos egressos dos cursos de Ciências Agrárias da UFAPE.

1.4 Estrutura da Dissertação

O trabalho inicia por uma introdução geral, explanando de maneira ampla sobre o papel da educação superior no Brasil e a importância de sua expansão para o desenvolvimento do país. Na introdução geral foram identificados: o problema de pesquisa, o objeto de estudo, a justificativa e os objetivos, geral e específicos.

A partir de então a pesquisa se divide em dois capítulos, apresentados em forma de ensaios, onde cada artigo responderá a dois objetivos específicos do estudo.

O primeiro artigo tratará dos impactos das políticas públicas de democratização do ensino superior sobre a economia da região do Agreste Meridional. Será estudada a evolução dos indicadores econômicos dos municípios da região e suas possíveis relações com a implantação da unidade de ensino, bem como as mudanças no mercado regional, através da constituição de empresas e geração de emprego e renda.

O segundo artigo trará uma análise do desenvolvimento social na região do agreste, através da avaliação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e dos Índices Firjan de

Desenvolvimento Municipal (IFDM) com foco nos indicadores de Educação, bem como fará uma análise da percepção dos egressos da instituição, beneficiários diretos da unidade de ensino.

Em ambos os artigos serão apresentados os procedimentos metodológicos de coleta, análise e interpretação dos dados estatísticos coletados. Bem como, cada artigo trará uma conclusão sobre os resultados e as interpretações comparativas dos dados levantados, no intuito de responder aos objetivos específicos da pesquisa.

No final de cada parte do trabalho serão relacionadas às referências bibliográficas utilizadas em cada uma das temáticas.

2. OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA ECONOMIA DA REGIÃO DO AGRESTE MERIDIONAL

2.1 Introdução

As políticas de expansão do ensino superior têm mudado a realidade e fortalecido o papel da educação no desenvolvimento do país. Nos primeiros anos após a implementação das políticas de expansão, já se pode notar um grande salto no número total de matrículas (presenciais e a distância): entre 1995 e 2010, houve um acréscimo de 262,52% no número de matrículas, de 1.759.703 em 1995 para 6.379.299 em 2010 (MANCEBO, VALE E MARTINS, 2015).

Os dados levantados no estudo acima revelavam um substancial incremento no número de matrículas das redes públicas e privadas no período de 16 anos. Foram criados 126 novos campi de Universidades Federais (UFs) entre 2003 e 2010 e 422 novos campi de Institutos Federais até 2014. (BARBOSA, SILVA e CAMPOS, 2018).

Dentre as políticas para a expansão do Ensino Superior no Brasil, destacam-se o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior-FIES, instituído pela Resolução 2.647/1999; o Programa Universidade para Todos – PROUNI, instituído pela Lei 11.096 de janeiro de 2005; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, criado pelo Decreto presidencial nº 6096 de abril de 2007 e a Lei 11.892 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BARBOSA, SILVA e CAMPOS, 2018; MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015).

O objetivo das políticas de expansão é democratizar o acesso à educação superior, promovendo uma melhor distribuição espacial da sua oferta, levando para o interior do país o que antes se concentrava nos grandes centros urbanos e conseqüentemente, promovendo uma maior distribuição espacial de renda (BARBOSA, SILVA e CAMPOS, 2018).

Santos (2017), tomando por base documentos do MEC, destaca que

Especialmente no âmbito do Reuni, a expansão do ensino superior federal configura-se como uma política de estímulo ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais – APLs, pois, uma vez que as alocações das universidades federais estão submetidas a três dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento, no que tange a última, propôs-se no programa, expandir as universidades federais para os municípios que contemplam APLs identificados ou que estejam no entorno de grandes investimentos (SANTOS, 2017, p. 15).

Observa-se então que, existem critérios para alocação de novas universidades de dimensão social, geográfica e de desenvolvimento e que, no tocante a este último, a expansão tem contemplado os municípios onde se identificam APLs, ou que tenham grandes investimentos em seu entorno, fortalecendo, assim o grau de desenvolvimento local.

Já no que se refere ao ensino superior da rede privada, Mancebo, Vale e Martins (2015) tecem críticas ao que chamam de mercantilização do ensino, que assim comentam,

Sempre é bom lembrar que o critério para o oferecimento de cursos nas instituições privadas são suas planilhas financeiras. Isso faz com que haja uma enorme quantidade de cursos de forte apelo mercantil oferecidos nas regiões mais ricas do país e que dão pouquíssimas contribuições para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país ou da própria região, ao mesmo tempo em que locais e áreas profissionais que mais necessitam de reforços são abandonados. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 36).

O que os autores criticam é o fato de a grande oferta de cursos de graduação da rede particular, não ter correspondência com mercado regional, formando inúmeros profissionais sem a devida demanda do mercado de trabalho, enquanto que outras regiões ficam a carecer de várias especialidades.

Houve, portanto, de meados da década de 90 à primeira década dos anos 2000, o esforço do poder público em promover mudanças no acesso ao ensino superior, passando a tratar a educação como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico. Destaque-se aqui, que houve um incremento de 134,58% no número das matrículas do sistema público de educação superior, entre os anos de 1995 e 2010, devido à expansão da rede federal de educação superior, em especial no governo de Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Programa Reuni (MANCEBO, VALE E MARTINS, 2015).

Dentre os objetivos do REUNI destacam-se: o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e

o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país (MEC/REUNI, 2019).

Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. (MEC/REUNI, 2019).

Assim, estavam entre os objetivos do REUNI, a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior e, como o foco desta pesquisa está no Ensino Superior Público Federal, conforme explanado na introdução, não serão aqui exploradas as metas de ampliação das vagas nos setores privados de ensino.

Antes, porém, de se iniciar a análise dos dados, faz-se necessário explorar as relações entre educação, desenvolvimento econômico e gestão pública, o que será tema do tópico seguinte.

2.2 Referencial Teórico

2.2.1. Educação, Desenvolvimento e Gestão Pública

A educação é compreendida hoje como objeto fundamental na análise econômica, mas foi somente a partir dos anos 1950 e 1960 que a literatura econômica passou a sistematicamente analisar a educação, pesquisando seus retornos sociais e individuais (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2010).

Barbosa Filho e Pessoa (2010) trazem em seu estudo, uma revisão de literatura que compreende trabalhos teóricos e empíricos sobre o efeito da educação na economia tanto do ponto de vista microeconômico quanto macroeconômico, trazendo clássicos como Theodore Schultz e Gary Becker, que foram pioneiros ao considerar a educação como um investimento no homem e ao tentar mensurar qual a dimensão deste investimento.

O estoque de conhecimento acumulado com investimentos em educação foi denominado capital humano. Nessa perspectiva, os autores buscaram analisar a importância deste aumento de estoque de educação sobre a renda nacional dos EUA (Schultz 1961) e o nível ótimo deste investimento (Becker 1960). Para eles, o capital humano era o fator que mais explicava a elevação dos ganhos por trabalhador nos EUA, e ao mesmo tempo uma limitação para o crescimento nos países pobres (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2010).

No contexto brasileiro, os supracitados autores revisaram os estudos de Castro (1970) Langoni (1974), pioneiros na busca por avaliar os retornos da educação. Segundo Menezes Filho *et al* (2016), “ambos os trabalhos apontam para taxas internas de retorno altíssimas de

investimentos em capital humano no país”, enquanto Mincer (1974) associa o logaritmo natural da renda do trabalho aos anos de escolaridade dos indivíduos, no que ficou conhecida como equação minceriana. Empiricamente, análises através da equação minceriana indicam altos coeficientes de correlação entre escolaridade e renda em vários países, inclusive no Brasil (MENEZES FILHO *et al*, 2016).

Sobre este aspecto, Haddad (2018) complementa que “as políticas sociais devem ser orientadas para a promoção do capital humano e do capital institucional”. O autor traz em seu estudo, a visão de que o desenvolvimento local depende da capacidade de organização social e política da região, de acordo com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis à sua disposição, promovendo um processo de desenvolvimento endógeno.

Florax *apud* Menezes Filho et al (2016) defende que os impactos da expansão do ensino superior podem ser divididos em efeitos “gasto” que é de curto prazo e é provocado pela inserção de recursos e geração de empregos nas economias locais por conta da criação ou expansão de instituições; e efeitos “conhecimento” de longo prazo, decorrentes do aumento de capital humano ocasionado pelas instituições de ensino superior.

Os efeitos “gastos” estariam relacionados ao aumento de salários e produtividades de alunos, provocam crescimento tecnológico e podem gerar efeitos na economia, sendo esperado, no curto prazo, que os efeitos “gasto” se sobreponham aos efeitos “conhecimento” (MENEZES FILHO *et al*, 2016).

Portanto, os efeitos das expansões podem ser sentidos por diversas nuances na economia local. No curto prazo, pode-se observar os impactos causados pelos recursos financeiros aplicados na implantação, como construções, contratações de pessoal e todas as mudanças de logística, ocasionadas pela implantação de um campus em determinado local. Enquanto que, no longo prazo esses efeitos serão refletidos na economia através da inserção do capital humano no mercado de trabalho, no desenvolvimento de pesquisas, provocando mudanças de comportamento na sociedade e nos projetos de extensão, que levam o conhecimento para fora dos muros das instituições, envolvendo a sociedade.

Diante disso, faz-se necessário o aprofundamento dos estudos das relações entre a educação e os níveis de crescimento econômico, pois como traz Santos (2017),

a sociedade contemporânea tem seus eixos fixados na essencialidade da geração de conhecimento nos processos de produção e desenvolvimento. Em consequência disso, frequentemente são denominadas por Sociedade do Conhecimento ou Era da Economia Baseada no Conhecimento. Na Economia Baseada no Conhecimento (EBC), [...] a principal característica se evidencia na existência de mudanças e novos paradigmas na relação entre estoque de conhecimento e sua influência na produtividade e no desenvolvimento (SANTOS, 2017, p. 17-18).

Como dito anteriormente, o efeito conhecimento pode gerar mudanças comportamentais, que devem influenciar a produtividade e conseqüentemente causar efeitos positivos ao desenvolvimento de uma região.

Barbosa, Petterini e Ferreira (2015) fazem uma estimação para os efeitos de curto e longo prazo no Brasil analisando o surgimento de *campi* de universidades federais em municípios sem instituições públicas de ensino superior.

De acordo com os resultados obtidos pelos autores, em municípios menores, o efeito de curto prazo foi significativo, mas não ocorreram efeitos consideráveis de longo prazo. Já em municípios maiores ocorreu o contrário, no curto prazo os efeitos foram insignificantes, enquanto no longo prazo os novos campi promoveram ganhos para as economias locais. Os estudos sobre os efeitos do ensino superior no Brasil são ainda incipientes. Muito disso decorre do fato do processo de expansão do Ensino Superior no Brasil ainda ser recente. (BARBOSA; PETTERINI; FERREIRA, 2015).

No âmbito da gestão pública, nota-se uma preocupação em avaliar os avanços e traçar metas que visam o desenvolvimento do país. O documento público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, intitulado “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social” (2018), desenvolvido em parceria com o IPEA, IBGE e BNDES, traz as diretrizes e bases para o desenvolvimento nos eixos econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social, para o país entre 2020 e 2031. No que se refere ao eixo econômico, o documento traz que:

para além do crescimento econômico como variável quantitativa, é preciso que a economia gere empregos de qualidade para a população, incluindo a parcela mais vulnerável. Para tanto, como preceituam os objetivos fundamentais, as ações devem se guiar no sentido de **ampliar a igualdade de oportunidades**, sem qualquer discriminação. **A redução das desigualdades ao acesso a serviços públicos de qualidade, especialmente em educação, saúde e segurança pública, atinge a todos esses objetivos simultaneamente** – aumentando o crescimento de forma inclusiva. Conciliar tais objetivos com a necessidade de reequilíbrio das contas públicas leva à necessária reavaliação e reforma de ações públicas que não contribuam de forma efetiva com os objetivos de aumento de produtividade, igualdade de oportunidades e mobilidade social [grifo nosso], (BRASIL, MPOG, p.22-23).

Assim, as políticas de inclusão voltadas para redução das desigualdades sociais, inclusive as que envolvem o eixo Educação, já eram vistas como estratégias para o desenvolvimento econômico, sendo parte do plano de ação governamental, para o decênio 2020-2031, destacando o papel fundamental da educação no contexto do desenvolvimento, através da ampliação da igualdade de oportunidades.

Desta forma, é necessário avaliar os efeitos da Educação Superior para o crescimento da economia local, buscando identificar as suas relações com os índices de desenvolvimento econômico regional.

2.2.2 Desenvolvimento econômico x Desenvolvimento local

Um importante indicador a ser analisado quando se trata de desenvolvimento econômico é o Produto Interno Bruto - PIB. O PIB é um indicador que traz apenas aspectos econômicos e pode sofrer impactos, positivos ou negativos, a partir de diversas variáveis, pois, é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país, estado ou região, medidos com base no preço em que chegam ao consumidor e levando em conta os impostos incidentes (IBGE, 2019).

Assim, fatores como clima, desastres ambientais, pandemias e mesmo políticas públicas voltadas para educação e saúde, podem impactar diretamente no PIB, além das políticas econômicas dos governos.

O PIB é bastante utilizado para avaliar o desempenho econômico de um país ou região. Para Czimikoski (2015),

O PIB, como avaliação do padrão de desempenho econômico, é vastamente aceito pelas agências financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que adaptam suas políticas com base neste indicador e, através dele, medem comparativamente o desenvolvimento econômico dos países. O PIB é calculado tanto em nível nacional, como nos campos regionais, estaduais e, em alguns casos, municipais. Desta forma, configura-se como o principal instrumento usado pelos governos, quando não a única utilizada, para verificar o crescimento, estagnação ou exaustão das economias e para planejar suas políticas e táticas de desenvolvimento.

Para o autor, o PIB é o principal instrumento utilizado para comparar o desenvolvimento econômico dos países, para verificar o crescimento, estagnação ou exaustão das economias e para planejar políticas e táticas de desenvolvimento.

Contudo, para muitos economistas o PIB também pode ser considerado uma medida de bem-estar, quando os preços, determinados pela demanda dos consumidores, representam o valor social dos bens (condições de concorrência perfeita), desta forma, um aumento do PIB *per capita* representaria um aumento de bem-estar. Porém, o PIB *per capita* não fornece indicações da concentração da renda e nem de garantias das demandas sociais que geram bem-estar (TEIXEIRA, SOUZA e FARIA, 2017).

O que Teixeira, Souza e Faria (2017) querem dizer é que o crescimento do PIB, não necessariamente significa desenvolvimento, pois esse aumento nem sempre está relacionado à distribuição de renda, ficando a riqueza concentrada nas mãos de poucos. É o que acontece

em países como Brasil, onde uma grande parcela da população, mesmo em fases de prosperidade econômica, permanece excluída de acesso aos processos considerados geradores de bem-estar social.

Em decorrência disso, é de extrema importância analisar o crescimento econômico sob a ótica da “qualidade”, e não somente em termos quantitativos; ou seja, deve-se avaliar se esse crescimento tem gerado algum tipo de desenvolvimento social. Assim, é necessário que o crescimento econômico de um país ou de uma região deva vir acompanhado de uma melhora nas condições de vida dos habitantes, especialmente na dos mais pobres.

Para Lima e Ascenzi (2017), o desenvolvimento econômico é uma das dimensões do desenvolvimento social e se configura em um tema de discussão e preocupação pública, onde os governos são chamados a responsabilizar-se pelo bem-estar da população. Nesse sentido, os autores lembram que, com a reestruturação da economia mundial e dos processos de descentralização política, os municípios passaram a serem atores relevantes no campo das políticas públicas. O foco então passou a ser o desenvolvimento local.

Vazquez Barquero *apud* Lima e Ascenzi (2017) entendem o desenvolvimento local “como um processo de mudança e de crescimento estrutural, gerado a partir da utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, com o propósito de incrementar o bem-estar da população”. Os autores corroboram que, o processo de desenvolvimento partiria “de baixo para cima”, ou seja, dos recursos e potencialidades socioeconômicas locais, partindo das escolhas dos atores locais em busca de sua autonomia (LIMA e ASCENZI, 2017).

Sobre atores locais, Amaral Filho (2001) conceitua,

[Trata-se] de uma coletividade ativa de agentes públicos e privados atuando com um mesmo interesse: o de manter a dinâmica e a sustentabilidade do sistema produtivo local. Nessa nova concepção de desenvolvimento regional, observa-se que a interação entre os agentes assume posição de destaque. Contudo, essa interação só é possível na presença de três elementos: (i) construção da confiança; (ii) criação de bases concretas capazes de permitir a montagem de redes de comunicação, e (iii) proximidade organizacional (esse como resultado da combinação dos outros dois elementos) (2001, p.278)

Para o autor seria uma estratégia de desenvolvimento, “munir um determinado local de fatores locacionais sistêmicos capazes de criar um polo dinâmico de crescimento com variados efeitos multiplicadores, os quais se auto reforçam e se propagam de maneira cumulativa, transformando a região num atrator de fatores e de novas atividades econômicas” (AMARAL FILHO, 2001, P. 278). É neste aspecto que a Universidade deve estar inserida, como polo de crescimento, atraindo novas atividades econômicas e multiplicando os efeitos do crescimento.

Para o proposto neste estudo, esse primeiro ensaio estará focado em encontrar os indícios de desenvolvimento econômico do Agreste Meridional pós-implantação da UFAPE. Na seção Análise de resultados serão estudadas as variações do PIB da região, bem como outros indicadores que possam expressar essa possibilidade.

2.3 Proposta metodológica

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada a Estatística Descritiva através da coleta, organização, resumo de dados e descrição analítica dos mesmos, utilizando o Microsoft Excel, para manipulação de planilhas de cálculos e elaboração de gráficos, buscando evidenciar as relações existentes entre os dados obtidos e os fenômenos estudados.

Assim, para avaliar os impactos econômicos causados pela implantação da UFAPE na região do Agreste Meridional, foi feito o levantamento de dados do PIB da Região de Desenvolvimento Agreste Meridional, bem como das demais RDs pernambucanas e também do Estado, no período compreendido entre 2002 e 2017, disponíveis no portal da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), que tem como base os estudos do IBGE.

Após coleta dos dados, realizou-se o cálculo do percentual de crescimento da participação das RDs no PIB estadual, em seguida foi feita a correlação das taxas de crescimento entre as RDs e o Estado, através de tabelas e gráficos, buscando comparar os níveis de crescimento por região.

Outro dado importante quando se trata da economia do Agreste Meridional é a produção de Leite, já que a região tem a bacia leiteira como forte arranjo produtivo, bem como pelo fato de a UFAPE oferecer cursos das ciências agrárias, podendo assim, influenciar na produção deste setor. Portanto, foram avaliados os números da Produção de Leite em litros e em valores da produção, no intuito de identificar as mudanças de comportamento neste setor produtivo.

Além disso, também foram analisados dados referentes ao comportamento do mercado, por meio da demanda de bens e serviços no município de Garanhuns, o maior e mais populoso município da região, onde está sediada a UFAPE. Para tanto, foram coletados no Portal SIDRA/IBGE, o número de empresas e outras organizações, por ramo de atividades, no período de 2006 a 2017. Tal análise foi importante para visualizar o incremento nas

atividades ligadas direta ou indiretamente à implantação da UFAPE, atraídas pelo aumento na população de estudantes, professores e técnicos que se estabeleceram na região.

Foi desenvolvida uma análise descritiva dos indicadores, buscando aproximar os números da série histórica com os fatos ocorridos, tentando observar suas relações com a implantação da unidade de ensino.

De forma complementar, foram estudados os indicadores de emprego e renda nos municípios da RD, através dos Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), buscando avaliar a ampliação da oferta de vagas na região com a chegada da universidade.

2.4 Análise dos Resultados

2.4.1 Evolução do PIB no Agreste e em Pernambuco

A tabela 2 apresenta o índice de participação do PIB das Regiões de Desenvolvimento – RDs de Pernambuco, na economia do Estado.

Tabela 1 - Participação do PIB das Regiões de Desenvolvimento na Economia de Pernambuco 2002-2017 (em %)

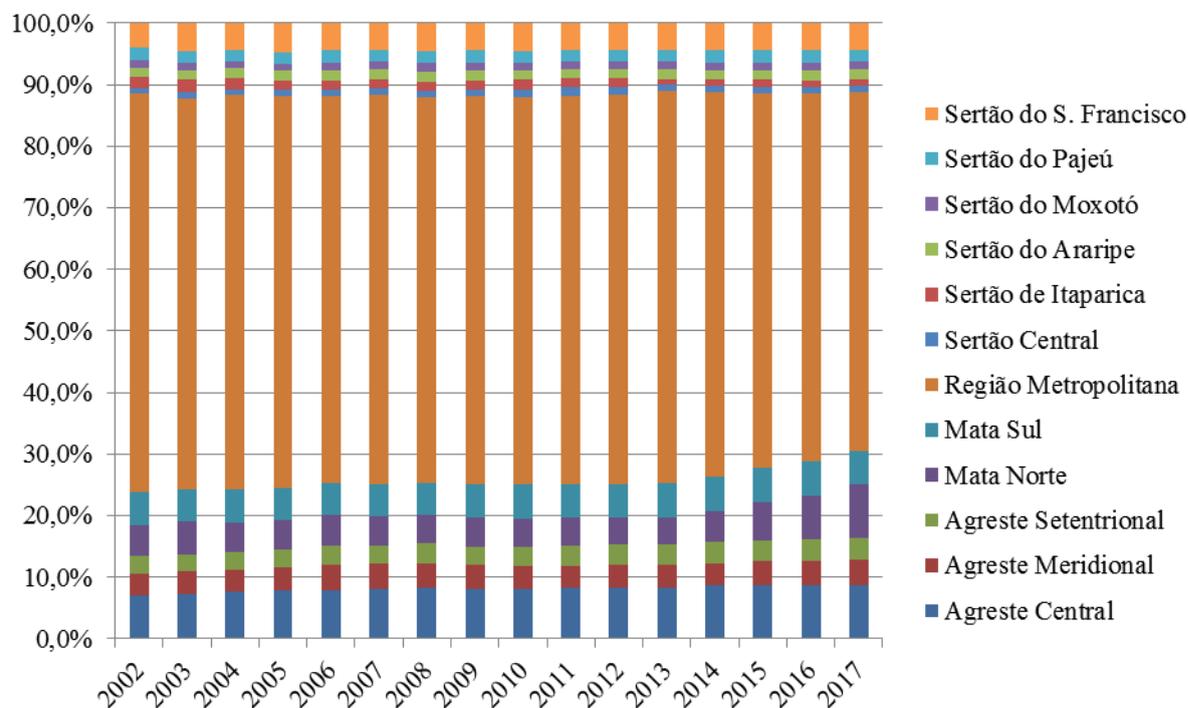
R. D.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agreste Central	7,06	7,26	7,58	7,79	7,96	8,14	8,32	7,99	8,11	8,21	8,32	8,37	8,70	8,70	8,62	8,73
Agreste Meridional	3,60	3,70	3,71	3,78	3,97	3,99	4,00	3,96	3,65	3,68	3,63	3,62	3,61	3,85	4,01	4,16
Agreste Setentrional	2,82	2,78	2,84	2,93	3,16	3,10	3,17	3,06	3,22	3,24	3,36	3,35	3,38	3,35	3,45	3,47
Mata Norte	4,98	5,25	4,79	4,76	4,97	4,65	4,62	4,62	4,62	4,52	4,43	4,46	5,12	6,20	7,07	8,70
Mata Sul	5,31	5,33	5,24	5,30	5,28	5,15	5,16	5,38	5,57	5,55	5,44	5,42	5,54	5,59	5,62	5,54
Região Metropolitana	64,69	63,43	64,13	63,60	62,83	63,36	62,71	63,20	62,69	63,05	63,22	63,77	62,43	60,88	59,86	58,20
Sertão Central	0,94	0,96	0,93	0,96	0,99	0,98	1,05	1,06	1,40	1,34	1,14	0,98	1,02	0,99	1,00	0,95
Sertão de Itaparica	1,79	2,05	1,91	1,58	1,56	1,55	1,48	1,36	1,54	1,40	1,42	0,89	0,95	1,19	1,11	1,17
Sertão do Araripe	1,56	1,59	1,49	1,55	1,64	1,59	1,70	1,64	1,57	1,52	1,51	1,57	1,59	1,60	1,59	1,63
Sertão do Moxotó	1,11	1,14	1,13	1,18	1,21	1,24	1,28	1,40	1,27	1,23	1,25	1,23	1,27	1,24	1,31	1,27
Sertão do Pajeú	2,09	2,00	1,83	1,87	1,99	1,92	1,98	1,95	1,84	1,92	1,86	1,88	1,98	1,93	1,93	1,91
Sertão do S. Francisco	4,04	4,52	4,42	4,70	4,44	4,32	4,54	4,39	4,53	4,34	4,42	4,46	4,41	4,47	4,44	4,28

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados do sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE

Como se pode observar na tabela acima, houve uma queda no índice de participação do PIB em algumas RDs de Pernambuco, inclusive na região metropolitana. Outras

apresentam um crescimento abaixo de 0,1%. Enquanto que, nas três RDs do Agreste houve uma ampliação desse índice. O gráfico 1 ilustra melhor esses números:

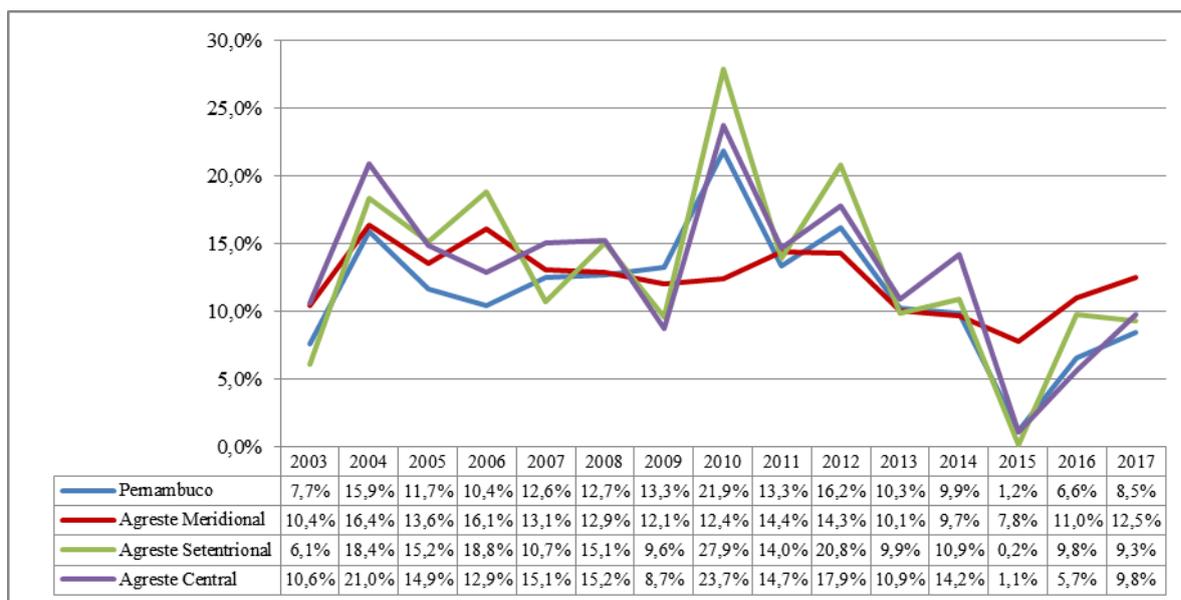
Gráfico 1 – Participação do PIB de Pernambuco por Região de Desenvolvimento 2002 a 2017



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados do sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE

Enquanto a Região Metropolitana vem diminuindo sua participação na economia do Estado, no interior, especialmente nas RDs do Agreste esse índice vem crescendo. O que mostra que o desenvolvimento econômico está se interiorizando. E um dos motivos dessa descentralização econômica pode ser justamente a interiorização do Ensino Superior Federal, pois, além do próprio equipamento público está gerando emprego e renda para o município sede, está também formando capital humano para atuar no mercado regional.

De acordo com a tabela 2, acima, o Agreste Meridional apresentou um incremento de 0,56 pontos percentuais em sua participação na economia do estado, no acumulado de 2002 a 2017. Destacando que, entre 2005 e 2006, esse incremento foi de 0,19 pontos percentuais, ou seja, sua participação cresceu de 3,78% para 3,97%, o maior incremento da série histórica da região, o que pode ser um indicativo de impacto da implantação da UFape em Garanhuns em meados de 2005, com investimentos em equipamentos e instalações e com contratação de professores, técnicos administrativos e serviços terceirizados, impulsionando a economia local no curto prazo.

Gráfico 2 - Percentual de Crescimento do PIB das RDs Agreste - 2003 a 2017

Fonte: Elaboração própria, através dos dados obtidos do sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE

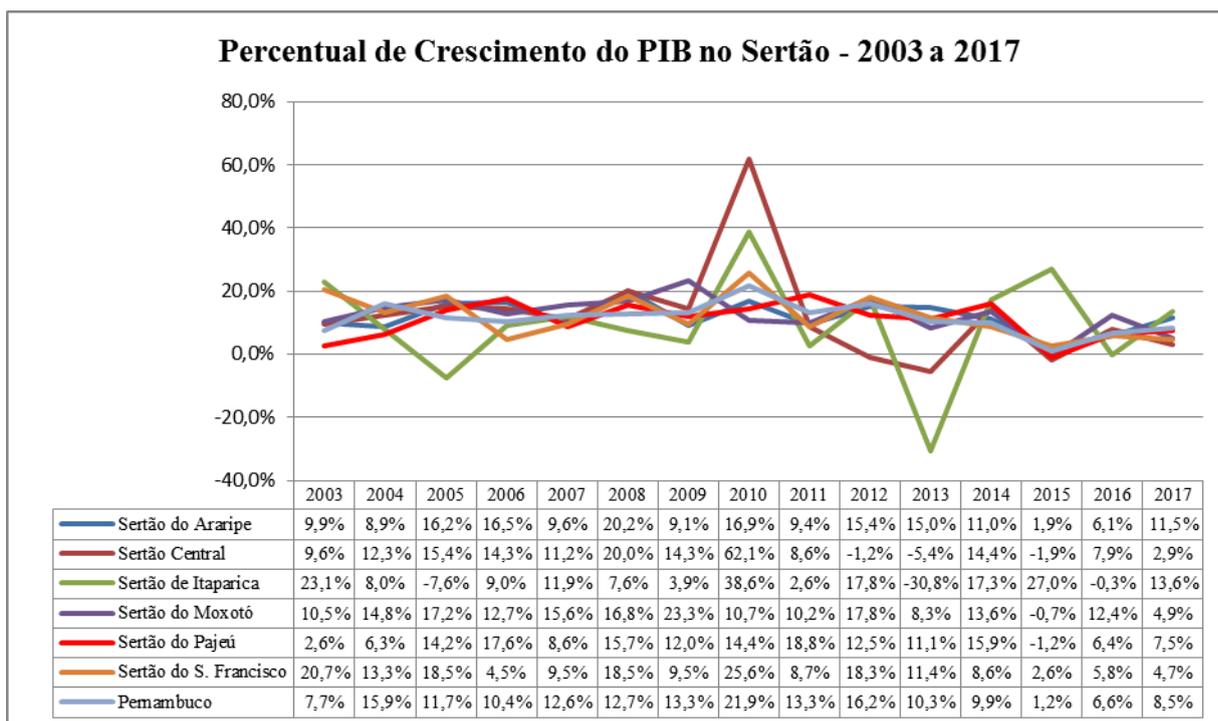
O gráfico 2 mostra o percentual de crescimento do PIB nas RD's do Agreste¹ em comparação ao grau de crescimento do indicador no Estado. É possível fazer duas importantes observações nesse gráfico: 1. A RD Agreste Meridional mantém uma média de crescimento mais uniforme comparada as demais regiões do Agreste, ficando inclusive acima da média do Estado e de suas vizinhas em vários anos da série histórica; 2. Os maiores níveis de acréscimo no período, foram observados em 2004 (16,4%) e 2006 (16,1%), mantendo-se acima do nível de crescimento do Estado entre 2003 até 2008, em 2011 e entre 2015 e 2017.

Fazendo um mesmo comparativo entre as RDs do sertão pernambucano², no mesmo período, obtém-se o seguinte gráfico:

Gráfico 3 - Percentual de Crescimento do PIB das RDs Sertão - 2003 a 2017

¹ Nesta análise optou-se por avaliar as regiões Agreste entre si, devido suas similaridades de clima e potenciais econômicos em comparação ao nível de crescimento do PIB estadual.

² Também prezando pela similaridade econômica entre as regiões, comparam-se aqui as RDs Sertão em comparação ao Estado.



Fonte: Elaboração própria, através dos dados obtidos do sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE

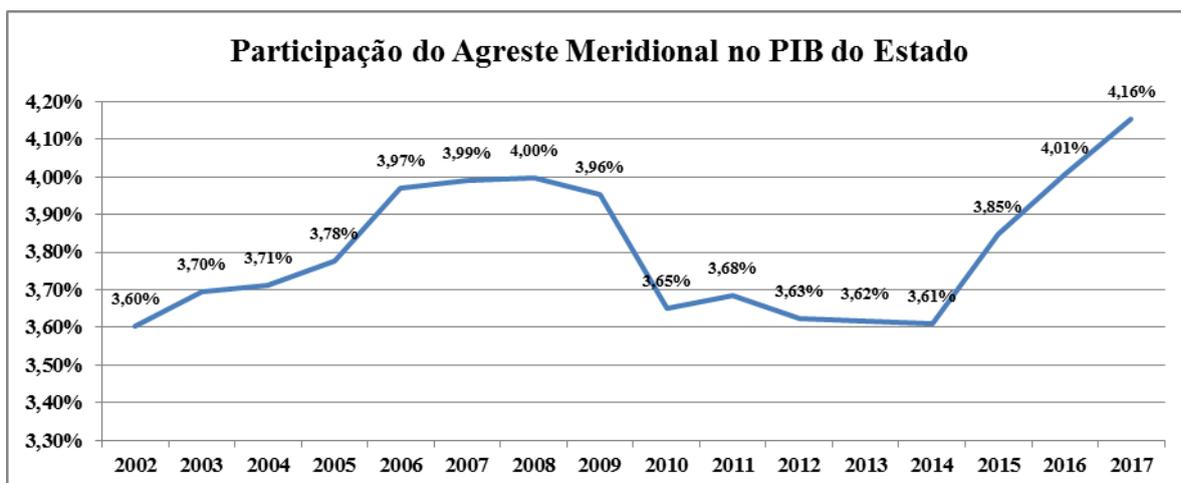
A RD Sertão do Pajeú, onde também foi implantada uma IES, a Unidade Acadêmica de Serra Talhada-UAST, da UFRPE, tem um de seus maiores índices de ampliação do PIB no ano de 2006, justamente no ano de implantação da unidade, quando ficou acima da média do Estado. Já a RD Sertão do São Francisco, onde também foi implantada uma nova IES em 2002, a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF apresenta seu maior grau de crescimento do PIB em 2003, ano imediatamente posterior à sua inauguração, alcançando um nível de crescimento quase 3 vezes maior que o do Estado.

Portanto, tomando por base apenas a participação do PIB regional, já é possível acreditar que a implantação de uma IES pode ter impacto direto na economia da região no curto prazo. No caso da UAST, o impacto pode ser observado no mesmo ano de sua implantação, em 2006. Já nos casos da UNIVASF e UFAPE o impacto é observado no ano imediatamente posterior, em 2003 e em 2006, respectivamente.

Esse impacto pode estar relacionado aos investimentos para a infraestrutura inicial de implantação das IES, como instalações físicas e criação dos novos cursos, ampliando o número de estudantes, professores, técnicos administrativos e servidores terceirizados, gerando vagas de emprego e renda para a região.

Voltando a questão da participação no PIB do Estado, o Agreste Meridional tem apresentado uma ampliação na sua atividade econômica, conforme mostra o gráfico 4:

Gráfico 4 – Evolução da Participação do Agreste Meridional no PIB do Estado



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE

Observe-se que, entre 2005 e 2006, pós-implantação da UFAPE, há um substancial incremento do PIB da região, que se mantém até 2008. Entre 2010 e 2014 houve uma queda bem acentuada, fato que pode estar diretamente relacionado ao período de estiagem na região. De acordo com a análise de Ásfora, Lima e Lacerda (2017) o período de seca causou substancial impacto nas culturas temporários de feijão, mandioca e milho, bem como nas culturas permanentes como a banana, em Pernambuco.

No que se refere à pecuária, o estudo dos citados autores revela ainda que o período de estiagem provocou significativas mudanças.

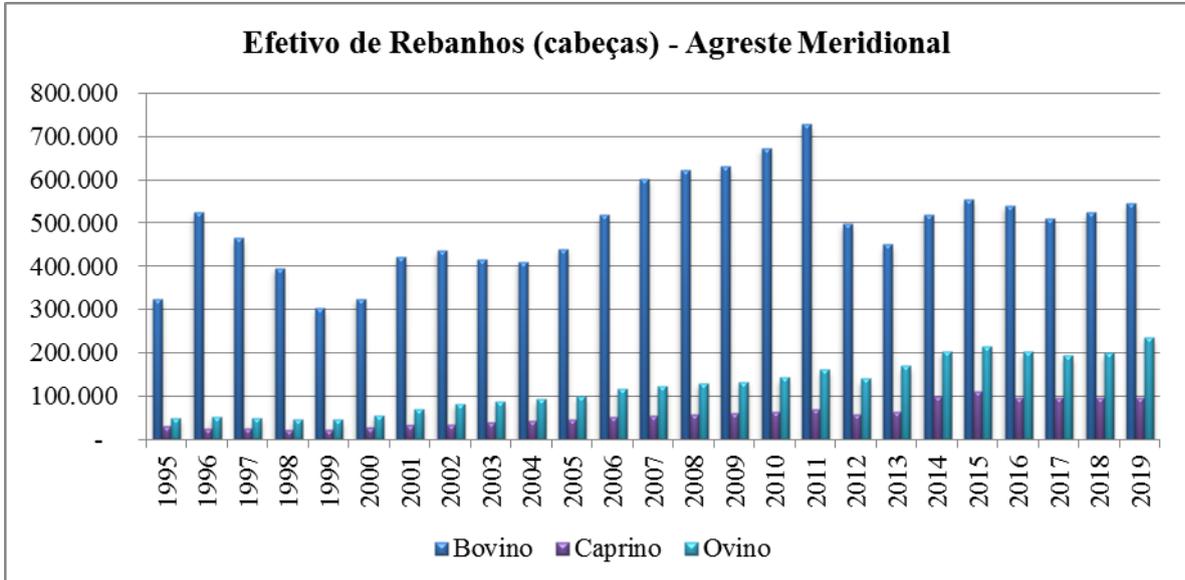
Em 2008, entre os rebanhos de grande e médio porte, os maiores efetivos eram de bovinos (2,2 milhões de cabeças), seguidos por caprinos (1,7 milhão) e ovinos (1,4 milhão). A partir de 2013, já como consequência da seca, o rebanho bovino passa a ser o terceiro, após o caprino e o ovino. Em 2015, existiam 2,436 milhões de caprinos, número quase igual ao de ovinos (2,416 milhões) e 1,9 milhão de cabeças de gado bovino. Conclui-se que a seca impactou negativamente a bovinocultura e houve crescente substituição pela ovino-caprinocultura, tendo em vista a maior adaptabilidade desses últimos rebanhos às atuais condições climáticas. (ÁSFORA, LIMA E LACERDA, 2017, p.261).

Portanto, o período de seca iniciado em 2010 provocou substituições do rebanho bovino por rebanhos mais adaptados ao clima seco em Pernambuco, como o caprino, que em 2013 ultrapassou a população de gado bovino. Tal fato evidencia o impacto na produção de origem animal no Estado.

Contudo, na região Agreste que tem a bacia leiteira como forte arranjo produtivo, não se observa a mesma proporção na mudança dos rebanhos. Houve uma substancial queda do rebanho bovino entre 2012 e 2013, com pequena ampliação do rebanho ovino e caprino,

porém, ainda no período de estiagem, o efetivo de bovinos prevalece sobre os demais, já apresentando recuperação em 2014, conforme mostra o gráfico 5.

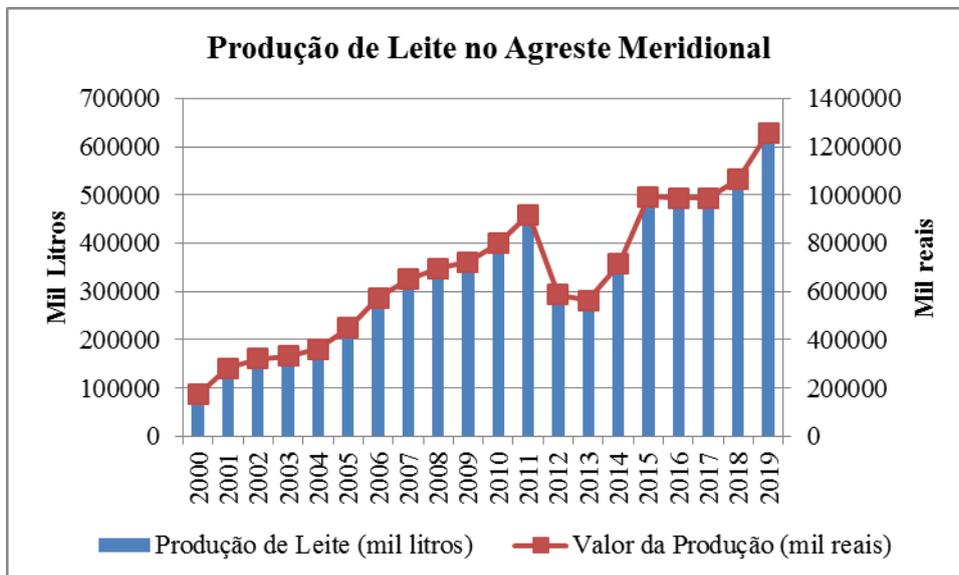
Gráfico 5 - Efetivo de Rebanhos (cabeças) - Agreste Meridional



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do IBGE.

O gráfico acima mostra uma forte ascensão do rebanho bovino no período de 2005 a 2011, justamente após a implantação da UFape, mas também indica que a seca provocou uma redução dos animais na região, principalmente entre 2012 e 2013, o que impactou diretamente na produção de leite da região, como é possível observar no Gráfico 6, que traz os dados da produção de leite no agreste Meridional.

Gráfico 6 – Produção de Leite no Agreste Meridional



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do IBGE.

É possível visualizar uma queda acentuada na produção de leite no período de 2012 a 2013, voltando a recuperar o crescimento a partir de 2014, o que mostra que o arranjo produtivo laticínios tem um grande peso sobre o PIB da região, onde a população rural vive basicamente da pecuária leiteira.

Na tentativa de promover maior competitividade e produtividade das empresas que integram os APLs, o Governo do Estado de Pernambuco, via Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), vem implementando, desde 2017, o Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais do Estado de Pernambuco (ProAPL), uma parceria público-privada com o objetivo de promover ações para capitalizar as economias de aglomeração territorial e setorial, superar falhas de mercado e fomentar uma maior capacidade de inovação. (SECTI, 2017).

O APL Laticínios é um dos eixos do ProAPL, abrangendo as regiões do Agreste Central e Meridional, com 47 empresas de laticínios registradas na ADAGRO (Abril, 2017). Além destas, existem os laticínios não registrados (queijaria informal), para os quais não há registros estatísticos, porém “estima-se que 52% do leite produzido na região, em 2016, tenha sido beneficiado sob essa condição” (SECTI, 2017).

Dentro desse Programa estão inseridos diversos atores, entre eles a UFRPE – e a UFPE, até então unidade acadêmica – com a qual a SECTI firmou convênio em 2017, através de acordo de cooperação onde estão previstos o compartilhamento estratégico de laboratórios do Instituto de Laticínios do Agreste e da UFPE, além de maior intercâmbio de informações com a participação de docentes e pesquisadores da universidade e de técnicos do Governo do Estado.

Assim, nota-se um esforço, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, no sentido de fortalecer o Arranjo Produtivo Laticínios, que é um dos maiores potenciais econômicos da região. Tal iniciativa tem levado conhecimento e inovação aos produtores da região, possibilitando uma maior competitividade e produtividade, bem como podendo levá-los a atenuar os impactos causados pela estiagem.

Contudo, os efeitos da estiagem não alteram apenas a produção agropecuária, mas impactam também muitos outros setores da economia nordestina. Em seu artigo, Ásfora, Lima e Lacerda (2017), chamam a atenção para as perdas de faturamento da Companhia Pernambucana de Abastecimento - COMPESA, no período de 2010 a 2016, em todo o estado, porém com maior concentração no Agreste, região com maior déficit hídrico do estado.

Portanto, a queda na participação do PIB da região do Agreste Meridional, observada entre os anos de 2010 até 2014, pode estar diretamente ligada ao longo período de estiagem, que provocou grandes perdas na produção agropecuária e no faturamento da COMPESA na região.

Assim, percebe-se que, para além das variações do PIB, é necessário que se busque outros indicativos da influência da universidade no desenvolvimento econômico regional, pois o indicador sofre forte influência de diversos outros fatores, que não permitem concluir sobre os impactos alcançados no logo prazo.

2.4.2 O mercado formal em Garanhuns e região

A introdução de um novo equipamento público em uma região pode gerar inúmeros benefícios para o desenvolvimento local, e quando o mesmo se torna um veículo para a aplicação de políticas públicas que visam à democratização da educação, inclusão social e distribuição de renda, promovendo mudanças reais para a sociedade local, então os seus efeitos podem gerar progressões ainda maiores. É o caso da inserção de uma IFES, que já em sua fase de implantação, demanda por uma série de serviços e aquisições, que movimentam a economia local.

A oferta de vagas de empregos para servidores públicos – técnicos e professores - a demanda por serviços terceirizados e os estudantes atraídos pelas novas vagas no ensino superior, atraem famílias de outras localidades a residirem no entorno da universidade ampliando a demanda por diversos serviços, como alojamento, alimentação, serviços imobiliários, construções, entretenimento, serviços de saúde, entre outros.

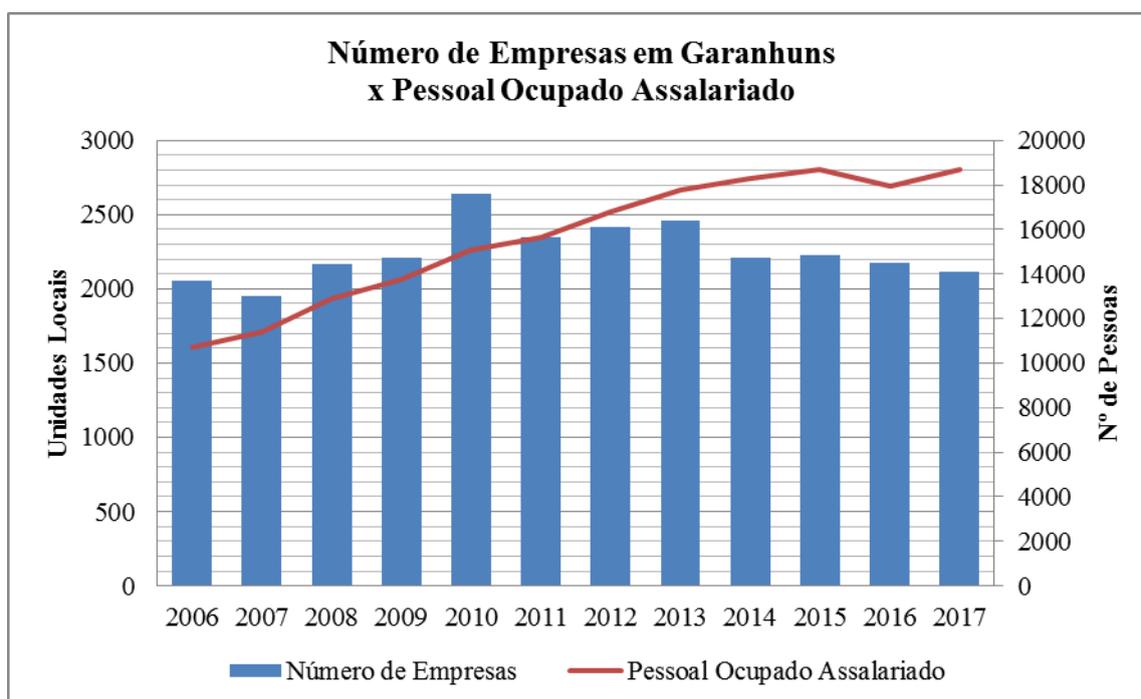
Além disso, no longo prazo, a democratização do ensino pode gerar inúmeros benefícios sociais e econômicos, promovendo inclusão social e levando famílias, antes marginalizadas, a participarem ativamente da economia local, gerando maior distribuição de renda.

Na busca por mais argumentos que reforcem a hipótese dos impactos positivos da implantação da UFAPE na região do Agreste Meridional, é que neste tópico serão analisados alguns indicadores que possam estar ligados, direta ou indiretamente, à chegada da instituição na região. O número de empresas formais instaladas, por exemplo, é um dos indicadores possíveis nessa análise.

Contudo, será utilizado como base para esta análise, o município de Garanhuns, por ser o maior e mais populoso da região, fazendo da cidade um polo atrativo para novos empreendimentos e onde está sediada a UFAPE.

O gráfico 7 abaixo mostra o número de empresas instaladas no município no período pós-implantação da instituição e o número de pessoas ocupadas assalariadas no município. O IBGE não dispõe dos dados anteriores à implantação da UFAPE.

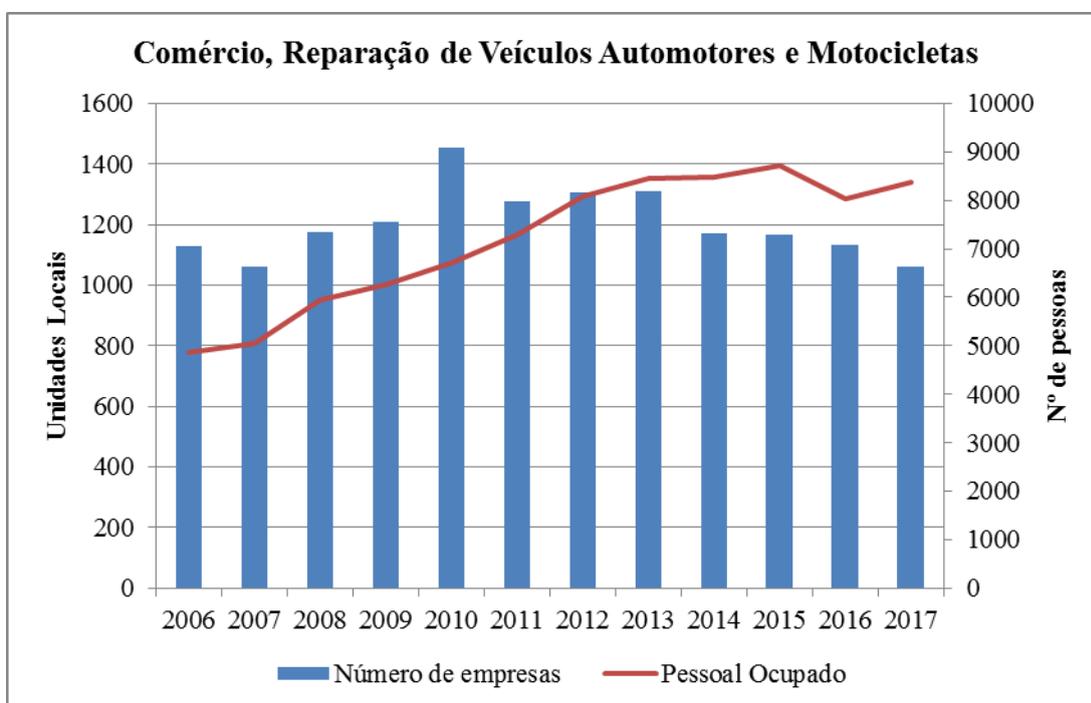
Gráfico 7 – Número de Empresas em Garanhuns x Pessoal Ocupado Assalariado



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do portal IBGE.

O gráfico 7 mostra um incremento no número de pessoas ocupadas assalariadas, inclusive quando houve queda no número de empresas no município de Garanhuns. Para entender esses números, serão analisados adiante, os números de empresas por setores de atividades, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, iniciando pelas atividades mais relevantes no município que é de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.

Gráfico 8 – Empresas dos Setores de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do IBGE

O gráfico mostra que mesmo havendo uma queda no número de empresas do ramo, aumentou o número de pessoas ocupadas no setor, mostrando um fortalecimento do comércio local. O setor é o que tem maior participação em número de empresas e também o que mais emprega no município, sendo responsável, em média, por 46% dos postos de trabalho, conforme visto na tabela 3 abaixo.

Tabela 2 - Empresas do Setor de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas

Ano	Número de empresas	Participação do setor (%)	Pessoal ocupado (pessoas)	Ocupados no setor (%)
2006	1129	55	4854	45
2007	1063	54	5045	44
2008	1176	54	5947	46
2009	1210	55	6260	46
2010	1452	55	6709	45
2011	1276	54	7283	47
2012	1308	54	8080	48
2013	1309	53	8462	48

2014	1173	53	8484	46
2015	1166	52	8720	47
2016	1132	52	8031	45
2017	1063	50	8371	45
Média do Período				46%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Administração Pública, Defesa e Seguridade Social é o segundo setor que mais emprega em Garanhuns, sendo responsável, em média, por 19% do pessoal ocupado assalariado, conforme visto na tabela 4.

Tabela 3 - Empresas do Setor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Ano	Número de empresas	Pessoal ocupado (pessoas)	Ocupados no setor (%)
2006	5	1729	16
2007	4	2369	21
2008	7	2706	21
2009	6	2896	21
2010	4	3290	22
2011	6	3132	20
2012	5	3335	20
2013	9	3445	19
2014	8	3302	18
2015	10	3352	18
2016	8	3426	19
2017	8	2928	16
Média do Período			19%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O setor, apesar de não ter grande representatividade em número de organizações, é o que apresenta o maior volume de empregados assalariados por unidade local, pois é onde são oferecidos os serviços públicos que demandam por grande mão de obra qualificada, seja nas esferas municipal, estadual ou federal. Observa-se, portanto, um acentuado incremento tanto em número de pessoal ocupado, quanto número de unidades locais, conforme mostra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Empresas dos Setores de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social



Fonte: Elaborado pelo autor.

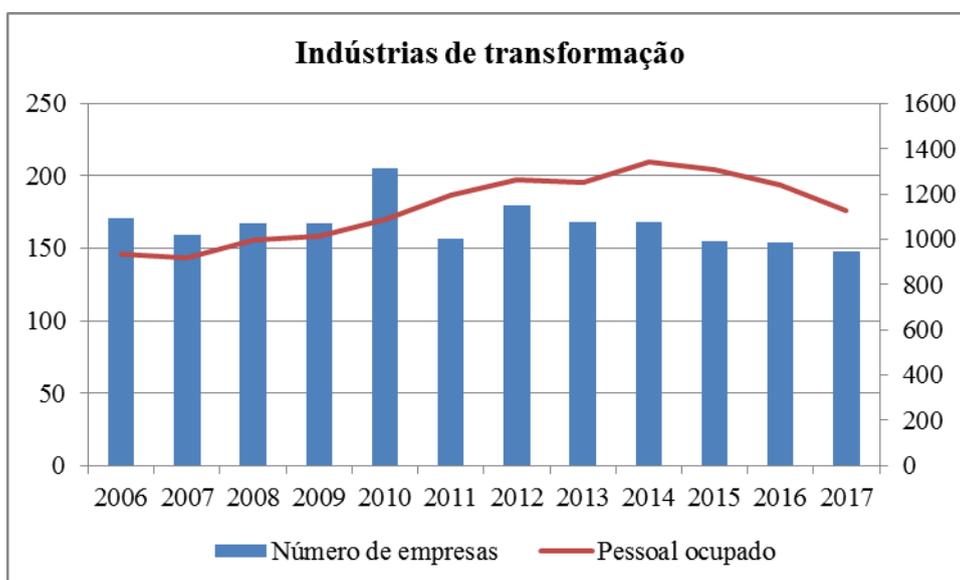
Outro setor com grande empregabilidade em Garanhuns é o da Indústria de Transformação, sendo responsável, em média, por 7% do pessoal ocupado, o terceiro em oferta de postos de trabalho formal no município, conforme mostra a tabela 5.

Tabela 4 - Empresas do Setor de Indústria de Transformação

Ano	Número de empresas	Pessoal ocupado (pessoas)	Ocupados no setor (%)
2006	171	935	9
2007	159	919	8
2008	167	996	8
2009	167	1013	7
2010	205	1087	7
2011	157	1193	8
2012	180	1261	8
2013	168	1252	7
2014	168	1344	7
2015	155	1310	7
2016	154	1242	7
2017	148	1129	6
Média do Período			7%

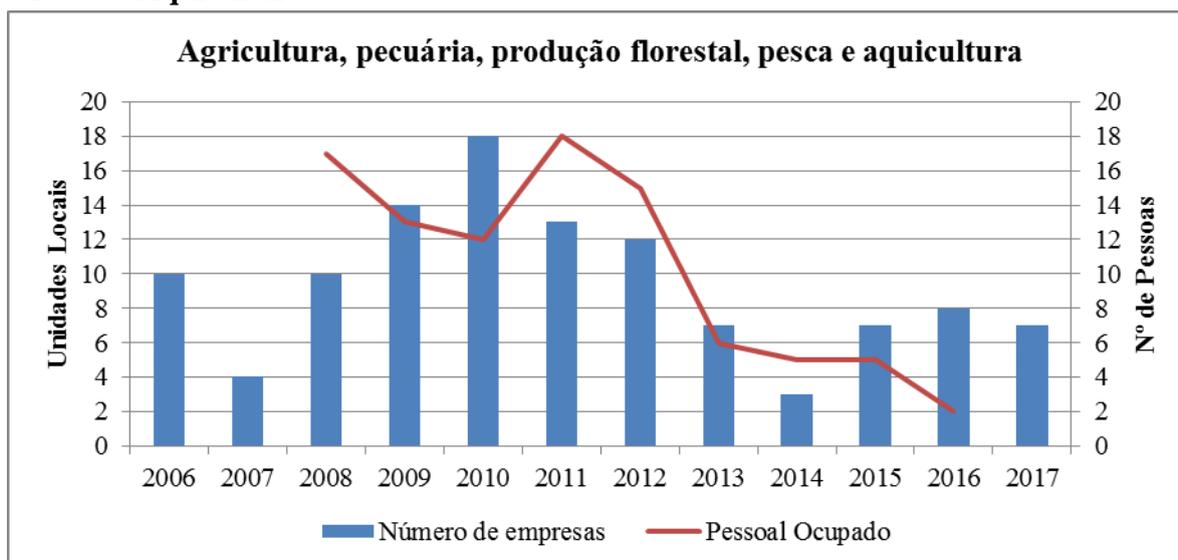
Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 10 mostra que houve uma queda no número de empresas do setor em 2011, após substancial incremento em 2010, contudo mantém certa estabilidade no número de pessoas ocupadas, que vem a cair somente a partir de 2015.

Gráfico 10 – Empresas do Setor de Indústria de Transformação

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto às empresas do ramo de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, setor diretamente ligado às áreas de conhecimentos dos cursos oferecidos pela UFAPE, as ciências agrárias, tem-se os seguintes dados:

Gráfico 11 – Empresas do Setor de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Fonte: Elaborado pelo autor – Dados do IBGE

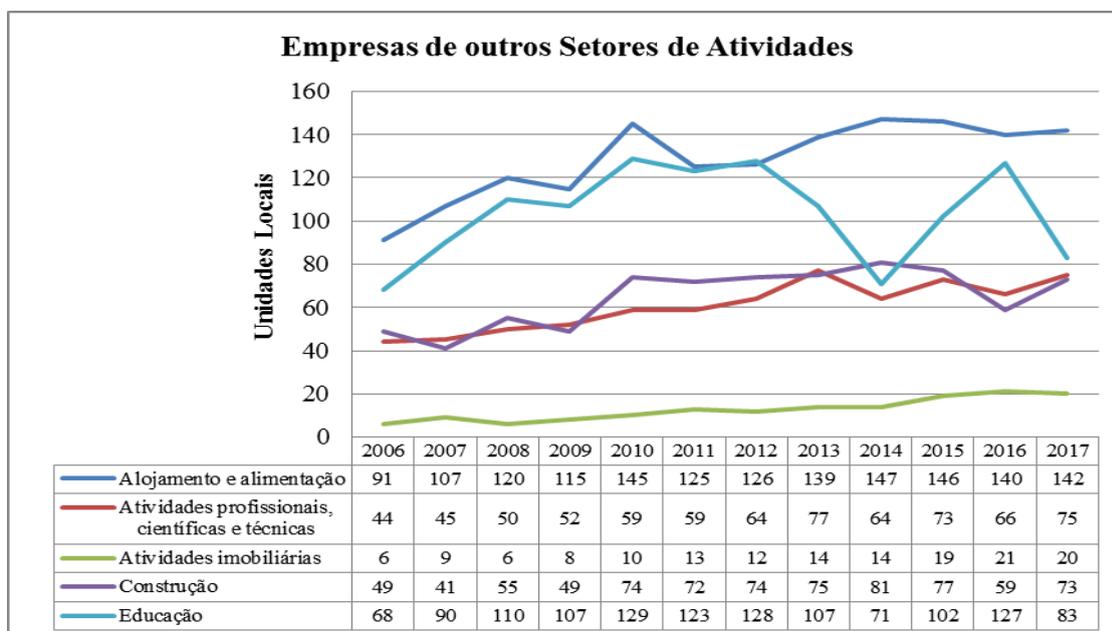
Apesar de este setor ter um forte arranjo produtivo na região, nota-se um acentuado decréscimo em número de empresas e pessoal ocupado. Contudo, sabe-se que grande parte da produtividade desse ramo de atividade acontece de maneira informal ou através de agricultura familiar, ou seja, sem empresa constituída e sem trabalhadores legalizados, sendo esses dados não contemplados através do levantamento do IBGE, mas de outros órgãos estaduais como a ADAGRO, conforme visto em tópico anterior sobre o efetivo de rebanhos e a produção de leite.

Porém, o gráfico também mostra um aumento significativo no número de empresas do ramo após 2007 e até 2010, e, conseqüentemente, da produção regional, o que pode ter sido impulsionado justamente pela chegada da universidade, porém começa a cair em 2011, devido o período de estiagem ocorrido na região.

Ou seja, mesmo com as atividades de agricultura e pecuária sendo impulsionadas com a chegada da UFAPE, não há como sustentar um crescimento neste ramo com a incidência da seca, pois grande parte da produção depende disso, todavia observa-se que há um acompanhamento natural entre o crescimento do PIB e a produção local. Contudo, é possível que a presença da instituição, através do capital humano ali formado e em formação, tenha conseguido minimizar os impactos da estiagem, levando inovação para produção agropecuária e para a agricultura familiar, como comentado anteriormente.

Outros setores também apresentaram ascensão no período analisado, como as empresas dos ramos de: Alojamento e alimentação, Atividades técnicas e científicas, Atividades imobiliárias, Construção e Educação. Observa-se um crescimento no número de unidades locais, o que deve estar diretamente ligado ao aumento da população atraída pela universidade, como estudantes, servidores públicos e profissionais terceirizados, que ampliou a demanda por estes serviços.

Gráfico 12 – Empresas de Outros Setores de Atividades



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do IBGE.

A maior elevação dentre essas atividades, foi observada para as empresas do setor imobiliário, que subiu de 6 para 20 empresas constituídas, quase que triplicando o número de unidades locais. Seguido das Atividades profissionais, científicas e técnicas (+70%), Alojamento e alimentação (+56%) e Construção (+49%), no acumulado do período. As empresas de Educação sofreram maior oscilação, apresentando uma considerável queda em 2014, mas, ainda assim, apresentaram um aumento de 22% no número de unidades locais no acumulado da série histórica.

Apesar de ter havido incremento de unidades de ensino superior da rede privada, a queda ocorrida de 2013 a 2014 pode estar relacionada à política pública de nucleação de escolas rurais da rede básica, política essa praticada em municípios de todo o país. De acordo com os dados do Censo Escolar, o quantitativo de escolas em Pernambuco, somando-se a rede pública e a rede particular, vem diminuindo nos últimos anos, conforme mostra a tabela XX:

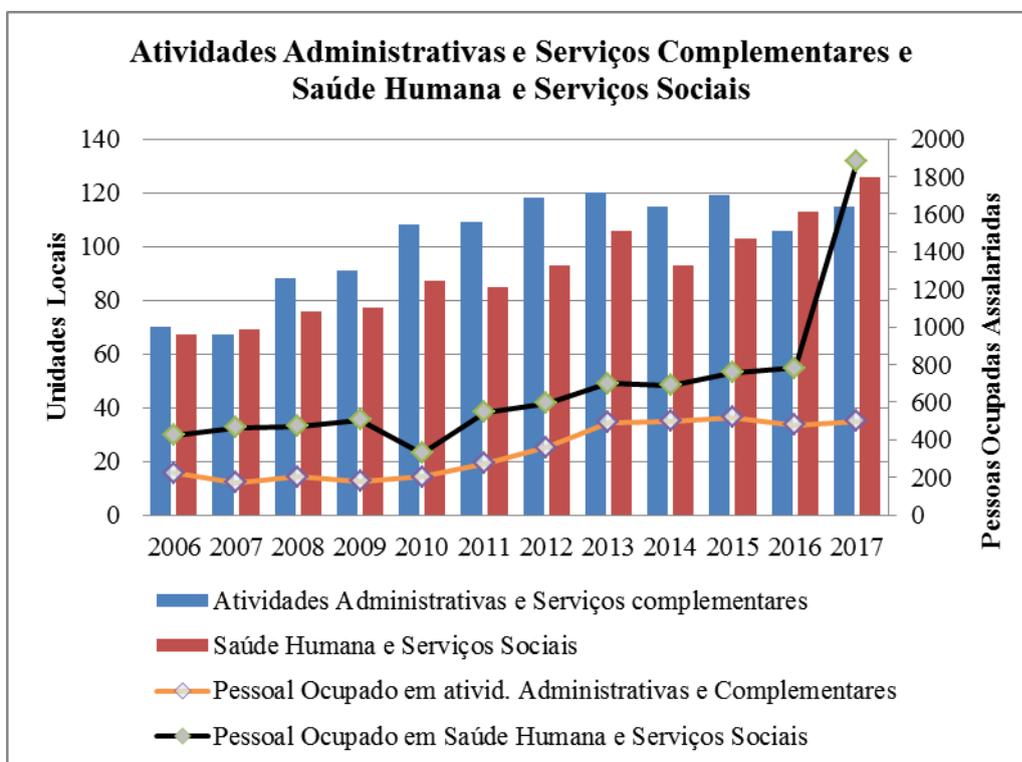
Tabela 5 – Quantitativo de Escolas da Rede Básica em Pernambuco

	Total de Escolas	Urbanas	Rurais
2010	10.294	5.026	5.268
2014	9.631	5.199	4.443
2018	8.660	5.174	3.486

Fonte: Elaborado pelo autor – Dados do Censo Escolar/INEP 2010, 2014 e 2018

Outras atividades com ampliação de unidades em Garanhuns são àquelas ligadas à Saúde humana e serviços sociais (+88%) e Atividades administrativas e serviços complementares (64%). Com destaque para os serviços sociais e de saúde que apresentaram grande incremento na oferta de vagas de trabalho, triplicando o número de pessoas ocupadas, conforme mostra o Gráfico 13.

Gráfico 13 – Empresas dos Setores de Atividades Administrativas e Serviços Complementares e Saúde Humana e Serviços Sociais



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados do IBGE.

Em suma, houve um incremento de empresas de vários setores no município de Garanhuns, desde as que fornecem serviços essenciais até as empresas do ramo de entretenimento. Nos últimos anos, foi possível observar a chegada de diversos empreendimentos como bares e restaurantes, atacadões e lojas de marcas conhecidas nacionalmente, bem como hotéis fazenda, empresas do ramo de produção de eventos e um considerável número de empresas do ramo veterinário, como clínicas e pet shops.

Vale salientar que em meados de 2013, houve uma desaceleração da economia brasileira conforme aponta a Síntese dos Indicadores Sociais – SIS-IBGE (2018). Segundo o relatório,

os movimentos da economia brasileira no período analisado combinados com as características de sua estrutura produtiva trouxeram reflexos diversificados para o mercado de trabalho. Assim como a manutenção do crescimento do consumo das famílias contribuiu para explicar a permanência de seu aquecimento até 2014, a queda nos anos seguintes e sua estabilidade em 2017 explicam o comportamento de grande parte dos indicadores relacionados ao mundo do trabalho nos três últimos anos. Os resultados da PNAD Contínua, de 2012 a 2017, evidenciam que, até 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentou incremento da ocupação, sobretudo do emprego formal; redução da desocupação, que atingiu sua menor taxa na série; e

aumento dos rendimentos do trabalho. Nos três anos seguintes, entretanto, tais resultados positivos foram parcial ou completamente revertidos. (IBGE, 2018, p.19)

Assim, conforme levantamento PNUD Contínua, de 2012 a 2017, o Brasil apresentou incremento em seus postos de trabalho até 2014 e atingiu sua menor taxa de desocupação, melhorando os rendimentos do trabalho, porém, de 2015 a 2017 esses resultados foram revertidos, diminuindo as taxas de ocupação e conseqüentemente a distribuição de renda. Portanto, apesar do incremento no número de empresas locais, o município de Garanhuns também sofreu com os impactos da crise econômica iniciada em meados de 2013. Contudo, conseguiu retomar o crescimento já em 2016.

Outros fatores importantes também contribuíram para o desenvolvimento econômico regional como a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Lula, a partir de 2007, que “promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. (BRASIL, MPOG, 2021)

O PAC teve significativa contribuição para a geração de emprego e renda em todo o território nacional e foi fundamental durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo tanto emprego e renda, como também a continuidade do consumo de bens e serviços, aliviando os efeitos da crise. (BRASIL, MPOG, 2021)

Outros programas também ajudaram a melhorar a distribuição de renda e amenizar as desigualdades sociais no Brasil, o Programa Bolsa Família – PBF criado em 2003, beneficiou desde então, famílias em situação de pobreza e extrema pobreza através da transferência de renda, influenciando assim nesses indicadores.

O PBF expandiu-se rapidamente em seus primeiros anos. [...] o número de famílias beneficiárias saltou de cerca de 6 milhões em 2004 – em sua maior parte, herdadas dos programas precursores – para algo em torno de 11 milhões em 2006. A partir de então, a cobertura cresceu de forma mais gradual até atingir 14 milhões de famílias em 2014, patamar no qual o programa permanece, com oscilações temporárias. (IPEA, 2019, p.11)

Assim, no que se refere aos indicadores de renda, o PBF tem influenciado nos levantamentos feitos, especialmente nos municípios do Nordeste, onde o número de famílias consideradas pobres e extremamente pobres é maior que nas demais regiões do país. Contudo, trata-se de um tema que será tratado no segundo ensaio deste estudo, quando serão abordadas as demais questões que envolvem o desenvolvimento social.

2.4.3 Emprego e Renda no Agreste Meridional

Para complementar a análise anterior, serão discutidos neste tópico os índices de emprego e renda nos municípios do agreste meridional. Assim, foram utilizados os dados levantados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro –Firjan.

“O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM é um estudo do Sistema Firjan que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde” (FIRJAN, 2021).

O IFDM varia de 0 a 1 ponto, para classificar o nível dos municípios em quatro categorias de desenvolvimento: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1). Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento do município. (Firjan, 2021). A tabela 7 abaixo traz os índices apurados nos municípios do Agreste Meridional.

Tabela 6 - Evolução do IFDM Emprego e Renda – Municípios do Agreste Meridional

Evolução do IFDM EMPREGO & RENDA												
Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Nota											
Águas Belas	0,5021	0,4925	0,5019	0,4602	0,5387	0,5007	0,4699	0,3161	0,4150	0,3172	0,3372	0,2968
Angelim	0,2594	0,3036	0,3625	0,4162	0,3897	0,4356	0,3722	0,4443	0,2815	*	0,3380	0,4335
Bom Conselho	0,5261	0,4757	0,3937	0,4920	0,5451	0,4856	0,5120	0,4750	0,3739	0,3158	0,2752	0,3444
Brejão	0,6810	0,6370	0,5623	0,5260	0,5002	0,5391	0,4545	0,5457	0,5920	0,4067	0,3618	0,2453
Caetés	0,2794	0,4432	0,3839	0,4371	0,4243	0,3607	0,4562	0,4560	0,4399	0,4063	0,2512	0,3000
Calçado	0,4416	0,4472	0,3857	0,4502	0,4380	0,3643	0,4267	0,3917	0,4318	0,3647	0,3122	0,2124
Canhotinho	0,4507	0,4910	0,4423	0,4361	0,4898	0,3330	0,3068	0,4150	0,4398	0,3657	0,2990	0,2547
Capoeiras	0,4582	0,4545	0,3828	0,4314	0,4073	0,4597	0,4700	0,4613	0,4035	0,3072	0,4160	0,3427
Correntes	0,4364	0,4735	0,4385	0,4804	0,4193	0,4472	0,4852	0,4308	0,3910	0,2978	0,2221	0,2762
Garanhuns	0,6717	0,6950	0,5923	0,6309	0,6372	0,6873	0,6544	0,6647	0,7125	0,5686	0,4601	0,4863
Iati	0,3865	0,4635	0,4302	0,3046	0,4262	0,4837	0,4338	0,4588	0,4106	0,4275	0,2716	0,4389
Itaíba	0,4363	0,4413	0,4195	0,4425	0,4224	0,4519	0,4548	0,3667	0,4443	0,3983	0,2738	0,3311
Jucati	0,4839	0,5357	0,2392	0,4289	0,4477	0,4393	0,4776	0,4158	0,3925	0,2400	0,2961	0,4746
Jupi	0,2864	0,4939	0,4935	0,4634	0,5374	0,5240	0,4912	0,3724	0,5162	0,3710	0,3074	0,2291
Jurema	0,4168	0,4123	0,4111	0,3791	0,4170	0,4332	0,3262	0,4163	0,3236	*	0,2459	0,3446
Jurema	0,4562	0,4641	0,4775	0,4376	0,4526	0,4355	0,3544	0,4387	0,3501	0,3326	0,3897	0,3217
Lagoa do Ouro	0,5511	0,5373	0,4858	0,4621	0,5214	0,4497	0,4818	0,3897	0,3846	0,2967	0,3026	0,3941
Lajedo	0,5787	0,5397	0,4966	0,5125	0,5169	0,5669	0,5450	0,5842	0,4988	0,3729	0,3362	0,3925
Palmeirina	0,4713	0,4710	0,5084	0,4652	0,4603	0,4752	0,3956	0,2440	0,4341	0,3859	0,4196	0,4439
Paranatama	0,4307	0,5553	0,4447	0,4590	0,4323	0,4443	0,4345	0,4650	0,5031	0,5039	0,2776	0,3590

Pedra	0,4880	0,4718	0,4467	0,4467	0,4336	0,4457	0,4093	0,4975	0,4640	0,2899	0,2764	0,3821
Saloá	0,3176	0,4807	0,4768	0,4235	0,4656	0,4688	0,4173	0,4546	0,4324	0,2629	0,2779	0,3545
São João	0,3724	0,4803	0,4516	0,4412	0,4330	0,2894	0,4545	0,4367	0,4260	0,2347	0,2687	0,2418
São João	0,5667	0,5708	0,5433	0,5031	0,6582	0,5733	0,5915	0,7187	0,8228	0,7680	0,6798	0,6120
Terezinha	0,4322	0,4205	0,4427	0,4068	0,4291	0,4571	0,3646	0,3973	0,3523	0,4090	0,2700	0,2474
Tupanatinga	0,4527	0,4448	0,4533	0,4487	0,4373	0,4357	0,4319	0,4516	0,4395	0,2309	0,2274	0,3257
Venturosa	0,5260	0,5121	0,5055	0,3925	0,5133	0,4549	0,4771	0,4645	0,4108	0,4205	0,3001	0,3497

Fonte: Firjam (2021)

Como no tópico anterior foi utilizado o município de Garanhuns como parâmetro de análise, aqui também será utilizado este município para avaliar a evolução do IFDM-Emprego e Renda. Como é possível observar na tabela 7 acima, o IFDM Emprego e Renda do município de Garanhuns varia de moderado a regular ao longo da série histórica. Se comparadas as notas deste índice ao número de pessoas ocupadas assalariadas, conforme levantamento anterior obtém-se o seguinte gráfico:

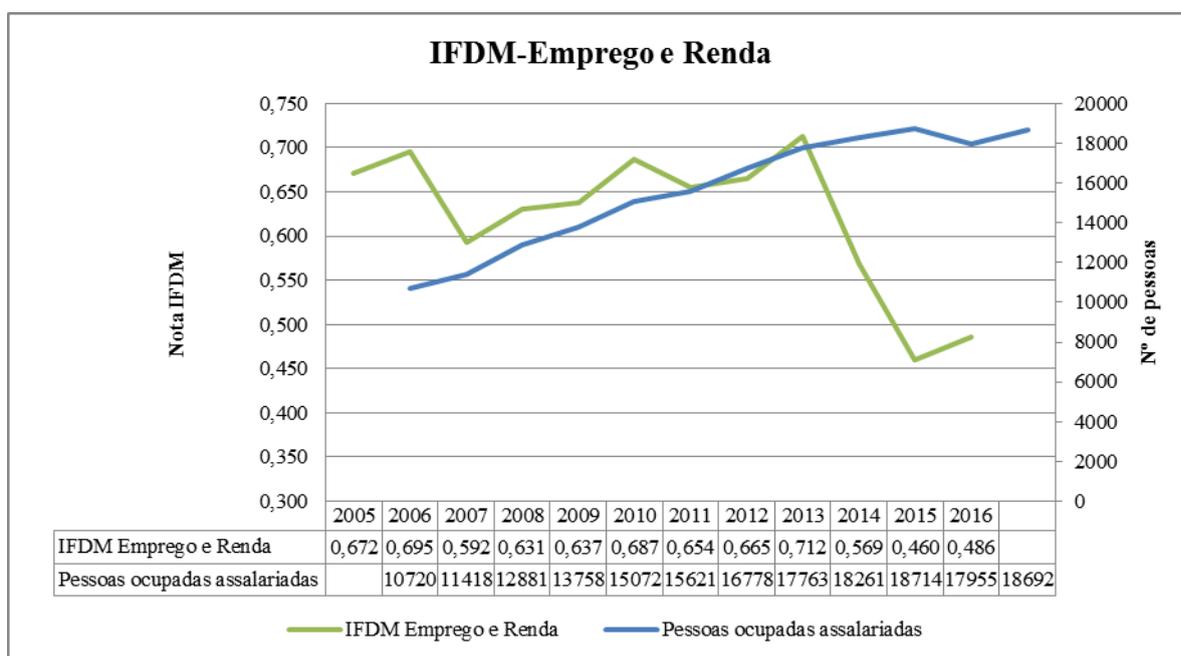


Gráfico 14 – IFDM Emprego e Renda - Garanhuns

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 14 permite visualizar o grau de ampliação dos postos de trabalho em Garanhuns em comparação aos índices de emprego e renda, segundo levantamento Firjam. Observa-se substancial elevação das notas IFDM de 2005 a 2013, acompanhadas da

ampliação dos postos de trabalho. Contudo, entre 2014 e 2015, o IFDM Emprego e Renda cai consideravelmente, apesar da continuidade da ampliação de postos de trabalho.

Como o indicador contempla a taxa de formalização do mercado de trabalho e dimensiona a capacidade do município em absorver a mão de obra local, é possível que Garanhuns, não esteja gerando postos de trabalho suficientes para a oferta de mão de obra disponível, apesar de ter havido ampliação de vagas, sendo também impactado pela crise financeira iniciadas em meados de 2013, conforme comentando anteriormente.

2.5 Considerações Finais

Este trabalho se propôs a identificar os impactos da implantação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e suas influências no desenvolvimento da região do Agreste Meridional de Pernambuco. Assim, foram analisados indicadores econômicos da região, através de suas séries históricas, no período compreendido entre 2002 e 2017.

Através da análise desses indicadores, comparando-se ao ritmo de crescimento de outras regiões e do próprio estado de Pernambuco, foi possível observar resultados expressivos na ampliação da participação do PIB da região, bem como se constatou acentuada ampliação no número de empresas de diversos ramos de atividades em Garanhuns, principal município da região, por ser o centro comercial e polo educacional do Agreste Meridional, sede da UFAPE.

Também foram analisados os dados referentes à geração de postos de trabalho, no município de Garanhuns, no intuito de observar o incremento na geração de emprego e renda na região em contraponto à ampliação do número de empresas locais.

Assim sendo, notou-se uma substancial evolução no desenvolvimento econômico da região Agreste Meridional, imediatamente após a implantação da UFAPE, que teve um crescimento de 16,15% de sua participação na economia do estado em 2006, mantendo uma média de crescimento mais homogênea durante o período analisado, se comparada às demais regiões do agreste e ao Estado, inclusive apresentando crescimento superior a estes nos últimos três anos da série histórica, de 2015 a 2017.

Vale frisar que, as condições climáticas da região do Agreste Meridional entre os anos de 2010 até 2014, impactaram de forma negativa a economia, prejudicando a produção de leite, grande arranjo produtivo local, provocando uma substancial queda de sua participação no PIB. O que é possível confirmar através do apanhado feito sobre o número de empresas

dos ramos de Agricultura e Pecuária, que apresentou queda nesse mesmo período, bem como o declínio na produção de leite na região, o que impactou diretamente no PIB.

No entanto, destaca-se o crescimento do número de empresas de diversos ramos de atividades, e, conseqüentemente, o substancial incremento nos postos de trabalho formal, como nos setores de Comércio, Administração Pública, Serviços de Saúde, Imobiliário, Alojamento e Alimentação, Construção, entre outros.

Desta forma, é possível avaliar que o movimento de agregação gerado pela universidade pode provocar um crescimento progressivo, quando atrai para o seu entorno uma população, que será incorporada à mão de obra da instituição, bem como estudantes, que irão ali se estabelecer e demandar por diversos tipos de serviços especializados. E esse movimento, aos poucos, agrega novas populações, atraem investimentos privados e surgem novas demandas nas condições de formação, exigindo melhoria no capital humano da população e atraindo novas atividades econômicas ou fortalecendo as já existentes.

Através do que foi analisado nos resultados é possível concluir que a implantação de uma universidade em determinada região, pode implicar diversos impactos econômicos no seu entorno. Contudo, o grau de impacto depende de diversos fatores como o tamanho da instituição de ensino, os cursos a serem ofertados, as características econômicas da região onde está inserida e a relação da instituição com a sociedade e com o poder público, ou seja, as parcerias firmadas para fora de seus muros e a inserção da instituição na sociedade como canalizadora das suas demandas.

Destaque-se que, a interação entre Universidades, Empresas e Estado formam um elo essencial para a inovação e o empreendedorismo e são a chave para o desenvolvimento econômico baseado no conhecimento, onde as universidades promovem conhecimento e inovação, que é absorvido pelas empresas. E o Governo tem um papel fundamental nessa dinâmica ao financiar as instituições de ensino superior, sobretudo apoiando as pesquisas.

Portanto, avaliar os impactos econômicos é importante para mensurar os resultados das políticas públicas que as originaram, bem como para respaldar novas ações do poder público, através do investimento na educação superior como meio para alcançar o desenvolvimento.

Contudo, é importante pontuar que alguns efeitos só serão observados no longo prazo, visto que a UFAPE tem apenas 15 anos de atuação, dos quais 13 deles ainda como unidade acadêmica vinculada a outra instituição, é importante que sejam realizados novos estudos após o seu amadurecimento e pleno estabelecimento enquanto Universidade Pública devidamente emancipada e autônoma.

O estudo encontrou limitações em alguns indicadores disponíveis no portal do IBGE, devido o fato de muitos deles contemplar apenas as unidades da federação ou o país, não sendo possível realizar a análise para os municípios da região, para muitas informações que seriam importantes para a análise.

REFERÊNCIAS

ÁSFORA, M.C.; LIMA, M.; LACERDA, R.S., **Diagnóstico da seca 2011-2016 em Pernambuco: impactos e políticas de mitigação**, Parc. Estrat. , Brasília-DF, v. 22, n. 44, p. 247-274, jan-jun, 2017, Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/855/783, Acesso em 09 jul. 2020

BARBOSA, P. H. F.; SILVA, D. F. C.; CAMPOS, L. H. R. Aglomerações da Oferta de Ensino Superior e do Mercado de Trabalho no Nordeste do Brasil: Uma Análise Espacial. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, p. 386-421, 2018.

BARBOSA FILHO, F.H.; PESSOA, S.de A. Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra? **Revista Economia**, Maio/Agosto 2010, Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n2p265_303.pdf, Acesso em 09 jun. 2019.

BARBOSA M. P.; PETTERINI, F. C.; FERREIRA R. T. Avaliação do Impacto da Política de Expansão das Universidades Federais sobre as Economias Municipais. **Anais**, XLIII Encontro Nacional de Economia, 2015, Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2015/205.htm>, Acesso em: 09 jun. 2019.

BRASIL, MEC, **Reuni 2008** – Relatório de Primeiro Ano, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192, Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL, MEC, **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais**, 2003 a 2012, Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf, Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL, **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**, Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL, **Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018**, Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e cria a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), por desmembramento da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13651.htm, Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL, MEC/INEP, Sinaes: o que é o Sinaes, Disponível em: <http://inep.gov.br/sinaes>, Acesso em 13 nov.2019.

BRASIL, MPOG, **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, Documento para consulta pública, 2018, Disponível em: https://cbic.org.br/industriaimeobiliaria/wp-content/uploads/sites/20/2018/06/estrategia_nacional_v3.pdf, Acesso em 13 nov.2020

BRASIL, Ministério das Minas e Energia, **Geologia da Folha Garanhuns: SC.24-X-B-VI**, Programa Geologia Do Brasil, 2018 Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia_basica/pgb/rel_garanhuns.pdf, Acesso em 20 abr. 2021.

BRASIL, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, **Plano de Aceleração do Crescimento**, Disponível em: <http://www.pac.gov.br/>, Acesso em 28 abr.2021.

CZIMIKOSKI, F., O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico?, **Monografia**, CSE/UFSC, 2015, Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134839/Monografia%20do%20Fernando%20Czimikoski.pdf?sequence=1> Acesso em 14 nov. 2019.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**, Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>, Acesso em 30 Abr. 2021.

GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa**, 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD. P.R, Apresentação. In: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A.P. (Org). **Universidades e Desenvolvimento Regional: as Bases para a Inovação Competitiva**, Rio de Janeiro, Idea D, 2018. p. 19-26. Disponível em:

[https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro Universidades e Desenvolvim ento Regional Serra Rolim Bastos.pdf](https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro_Universidades_e_Developim ento_Regional_Serra_Rolim_Bastos.pdf), Acesso em: 02 jun.2021

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Resultado dos Dados do Censo 2010, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 30 Abr.2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**, 2018, Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> , Acesso em 30 Abr.2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, **Censo Escolar 2018**, Disponível em: https://qedu.org.br/estado/117-pernambuco/cento-escolar?year=2020&localization=2&dependence=0&education_stage=0&item=dependencias, Acesso em: 30 Abr.2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, L.L; ASCENZI, L.D'. **Políticas públicas de desenvolvimento econômico local nos municípios brasileiros**, 9º Congresso Latino americano de Ciência Política, Políticas Públicas, 2017, Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168771/001048048.pdf?sequence=1>, Acesso em 18 Ago.2020

MANCEBO, D.; VALE, A.A.; MARTINS, T. B. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. **Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro**, v. 20, n. 60, p. 31 a 50 de março de 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100031&lng=en&nrm=iso, <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Acesso em: 28 maio. 2019.

MENEZES FILHO, N.; OLIVEIRA, A. P.; ROCHA, R. H. e KOMATSU, B. K. O Impacto do Ensino Superior sobre o Trabalho e a Renda dos Municípios Brasileiros, **Policy Paper**, nº 20, Agosto, 2016, Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Impacto-Ensino-Superior-Trabalho-Renda-Municipios-Brasileiros.pdf>, Acesso em: 28 maio. 2019.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G. e PORTUGAL, M.S. Impacto da Criação das Novas Universidades Federais sobre as Economias Locais, **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 51, jul/dez, 2018, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/839>, Acesso em: 28 maio. 2019.

PERNAMBUCO, Agência Condepe/Fidem, **Anuário Estatístico de Pernambuco**, Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/atividades-economicas/indicadores-economicos>, Acesso em: 25 abr. 2021

SANTOS, M.N.S.A. dos, A abertura de Unidades Federais de Ensino Superior no Interior do Brasil e seus Desdobramentos sobre os APLs, **Dissetação**, Programa de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural, 2017, Disponível em:

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/7184/2/Maria%20Nainam%20Silvino%20Ara%C3%BAjo%20dos%20Santos.pdf>, Acesso em: 05 jun. 2019.

TEIXEIRA, Maria Daniele de Jesus; SOUSA, Lucas Vitor de Carvalho; FARIA, Alexandre Magno de Melo. BEM-ESTAR FUNDAMENTAL E ECONÔMICO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PIB E DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 4-40, maio 2017. ISSN 2238-8753.

Disponível em:

<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/3483>.

Acesso em: 16 abr. 2020, doi:<http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v6e120174-40>.

UFAPE, **História**, Portal, 2019, Disponível em: <http://ww3.uag.ufrpe.br/historia>, Acesso em: 06 jun. 2019

UFRPE, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2020**, Versão Revista e atualizada, 2017, Disponível em:

http://www.ufrpe.br/sites/www.ufrpe.br/files/PDI_Compilado_CONSULTA%20PUBLICA%2028.12.pdf Acesso em: 13 nov. 2019

VINHAIS, H. E. F. **Estudo sobre o Impacto da Expansão das Universidades Federais no Brasil**, 2013, Tese (Doutor em Ciências), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

<http://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-20012014-152929/pt-br.php>, Acesso em: 22 julho. 2019

3. UMA ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DO AGRESTE MERIDIONAL DE 2000 A 2018.

3.1 Introdução

A primeira década deste século foi marcada por importantes transformações para a Educação Superior no Brasil, com destaque para a expansão das atividades de graduação e pós-graduação, para as regiões menos desenvolvidas do país. A ampliação na oferta de vagas, a abertura de novas instituições e o crescimento no número de programas de pós-graduação, são alguns dos elementos que ocasionaram mudanças recentes no cenário da Educação Superior e provocaram uma desconcentração geográfica do sistema de educação do país (DINIZ; VIEIRA, 2015).

Este artigo tem o objetivo de avaliar os efeitos sociais dessa desconcentração geográfica do ensino superior na região do Agreste Meridional de Pernambuco, onde está sediada a UFAPE, implantada em 2005 através do programa REUNI.

Estudos recentes têm buscado avaliar os impactos sociais causados pelas atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Autores como Andriola e Suliano (2015), por exemplo, defendem que

nada é mais relevante do que a investigação das repercussões sociais das atividades de uma IES, mediante, por exemplo, o acompanhamento sistemático dos seus egressos; o mapeamento de opiniões, atitudes e crenças acerca da universidade e da sociedade; a identificação e o valor agregado pela IES; a verificação da opinião dos empregadores e de setores da sociedade civil organizada, acerca da adequação e da pertinência da formação profissional e cidadã dos recursos humanos formados (p.284).

O autor destaca que o sistema educacional está em contínua e dinâmica interação com o contexto social no qual está inserido. Neste sentido, torna-se relevante a investigação das repercussões sociais das atividades das IES, através do acompanhamento dos egressos e do mapeamento das mudanças na dinâmica social, no que se referem a opiniões, atitudes e crenças.

Para Andriola e Suliano (2015), no que tange a impactos sociais das atividades desenvolvidas nas universidades, deve-se enfatizar a necessidade de avaliar, pelo menos, a qualidade da formação do alunado e o acompanhamento de egressos.

Quanto à qualidade da formação nas IES, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, através dos seguintes aspectos: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e instalações (INEP, 2019).

No que se refere ao acompanhamento de egressos, ainda há poucos estudos que contem com o monitoramento dos ex-alunos, sua inserção no mercado de trabalho ou continuidade em carreira acadêmica. Porém, com relação à UFAPÉ, o trabalho pioneiro de Souza (2019), traz um levantamento, realizado com os egressos dos cursos das Ciências Agrárias, por ser essa a base econômica da região onde está inserida a unidade de ensino. O referido trabalho será debatido nesta análise.

Um importante indicador a ser avaliado dentro do contexto dos avanços sociais da região é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Agreste Meridional. Este indicador é calculado através dos dados obtidos pelo censo do IBGE e compreende uma série de variáveis que mensuram o desenvolvimento de uma região, refletindo não só fatores econômicos, mas também fatores sociais. O IDH oferece um contraponto ao PIB, trazendo uma visão mais ampla, pois abrange as três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. (PNUD BRASIL, 2019)

Para Caldarelli, Camara e Perdigão (2015), “o conceito de desenvolvimento humano tem como premissa a circunstância de que a qualidade de vida da população é afetada por dimensões sociais, educacionais, políticas e culturais, além das econômicas”.

Assim, é importante observar os efeitos sociais da implantação da UFAPE, para o município de Garanhuns, onde está sediada, bem como para os demais municípios do Agreste Meridional, buscando avaliar a progressão desses efeitos para o desenvolvimento social da região como um todo.

Para isso, além do IDH, também serão analisados os indicadores de Educação dos municípios do Agreste Meridional como os índices Firjam de Desenvolvimento Municipal – IFDM-Educação, que avalia o grau de desenvolvimento da educação dos municípios brasileiros e o percentual de docentes com formação superior, atuantes nos níveis de ensino Fundamental, Médio e Infantil, no intuito de observar a melhoria do capital humano atuante nas escolas da região. E para melhor avaliar o IDHM Renda, propôs-se comparar sua evolução aos níveis de diminuição de vulnerabilidade social nesses municípios no mesmo período. Bem como, avaliar a proporção de vulneráveis à pobreza e a evolução da renda domiciliar per capita dos vulneráveis à pobreza na região do Agreste Meridional.

Outros aspectos importantes a serem estudados serão extraídos de pesquisa recente de Souza(2019), sobre a percepção de egressos das Ciências Agrárias da UFAPE, no intuito de observar a mudança social ocorrida nas famílias desses alunos, após o seu ingresso na universidade pública.

3.2 Referencial Teórico

3.2.1 Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Sustentável

A discussão sobre o tema desenvolvimento é muito ampla e, recentemente, veio ao centro desse debate à questão da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável abrange três dimensões: ambiental, econômica e social. A dimensão ambiental preocupa-se com a preservação do meio ambiente através da conscientização das ações humanas. A dimensão econômica preocupa-se com a eficiência econômica de forma menos fragilizada às crises e buscando a equidade. E a dimensão social envolve qualidade de vida, diminuição das desigualdades e a construção de uma sociedade socialmente justa (PEIXOTO *et al*, 2019; SOUZA, 2019).

Amplificando o debate sobre desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas (ONU), levou o tema a uma discussão internacional e em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, consagrou o seu conceito como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Portanto, não há como tratar de desenvolvimento sem falar em sustentabilidade, pois existe uma preocupação mundial com a gestão racional dos recursos naturais, de forma a não comprometer as futuras gerações.

Sobre a dimensão do desenvolvimento social em sustentabilidade, vale destacar o trecho do relatório “Nosso Futuro Comum” de 1987, da Comissão *Brundtland*, que levou a CNUMAD a debater o desenvolvimento sustentável:

“Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso às crises ecológicas, entre outras... O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Assim, são temas sempre discutidos quando se fala em desenvolvimento social: o combate à pobreza, a diminuição das desigualdades sociais, a melhoria da qualidade de vida e a necessidade de buscar soluções sustentáveis para os problemas ambientais.

Quanto ao desenvolvimento humano, é definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como:

um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades [...] (PNUD BRASIL, 2019).

Portanto, para se debater desenvolvimento humano, faz-se necessário tratar sobre a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de capacidades, para que assim, seja possível diminuir os níveis de desigualdades sociais e isso só é possível através da Educação. Da mesma maneira, não há como refletir a sustentabilidade ambiental sem pensar em ciência e tecnologia e disseminação do conhecimento sobre o tema.

Assim sendo, o papel da educação é fundamental quando se trata de desenvolvimento e as universidades são essenciais nesse processo. Para Andriola e Suliano (2015)

“a educação passou a ser vista como motor do desenvolvimento nacional, contribuindo para a justiça social, ao proporcionar chances de formação universitária para segmentos fragilizados pela organização desigual e elitista do Brasil, tão

decantado pelo sociólogo e historiador pernambucano Gilberto Freyre, no seu romance *Casa-Grande e Senzala*, de 1933” (p.286).

Os autores defendem que, ao proporcionar chances de formação universitária para os segmentos fragilizados da sociedade, a educação funcionaria como um motor de desenvolvimento, contribuindo para a justiça social.

Nesse sentido, a expansão do ensino superior para o interior do país, conseguiu ampliar as oportunidades dos indivíduos de segmentos sociais historicamente desfavorecidos, promovendo chances de formação superior para quem nunca imaginou um dia cursar uma universidade (ANDRIOLA; SULIANO, 2015).

Trazendo o debate para a UFRPE, então tutora da UFAPE, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI faz as seguintes considerações sobre a relação entre Universidade e sociedade:

Em meio aos mais importantes desafios para as universidades destacam-se a sua influência nos acontecimentos sociais, bem como seu impacto nas diversas mudanças de conjuntura e formas de atuação. Dessa forma, a universidade se legitima socialmente na medida em que responde à coletividade, **com a promoção e melhoria da qualidade de vida do entorno e sociedade**, desde que bem ajustada a sua habilidade de análise da conjuntura e da relação fluida dos grupos sociais dos quais faz parte. Isso exige uma aguçada sensibilidade para com as demandas e necessidades sociais, devendo-se sempre priorizar, em tal dimensão social, a docência, a pesquisa e a investigação, a extensão e suas relações com a sociedade. (UFRPE, 2018, p.47)

O documento institucional, o qual também é utilizado pela UFAPE, traz a visão da IES em sua relação com os grupos sociais dos quais faz parte e sobre a possibilidade de influência nos acontecimentos sociais e nas mudanças conjunturais, devendo atentar-se para as demandas e necessidades da sociedade.

Dentro do debate sobre as influências da universidade no desenvolvimento cabe abordar o tema engajamento social, conceituado pelo E3M Project de 2011 e debatido por Mora, Serra e Vieira (2018),

O engajamento social é o modo de envolver os recursos intelectuais, humanos e físicos da universidade no serviço à comunidade. As universidades são constituídas por grandes grupos – pessoas criativas, competentes e inteligentes numa comunidade acadêmica – que poderiam contribuir com a comunidade local, mas também nacional e internacionalmente, para a solução de problemas e o desenvolvimento em escala maciça, caso estivessem dispostos e, ao mesmo tempo, fossem empoderados e habilitados (E3M Project *apud* Mora, Serra e Vieira, 2018, p.128).

Ou seja, o engajamento social são as atividades desenvolvidas para além dos muros da universidade através do envolvimento da comunidade externa, na busca por soluções para os problemas locais, com o objetivo de melhorar bem-estar social das populações, o que os autores chamam de terceira missão da universidade.

3.3 Proposta metodológica

No intuito de avaliar os impactos sociais causados pela implantação da universidade na região do Agreste Meridional, serão feitas análises quantitativas e qualitativas, visando identificar a evolução de indicadores sociais e a mudança de comportamento na dinâmica social do município de Garanhuns e do seu entorno.

Sobre a pesquisa qualitativa Minayio (2002) preceitua que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

[...]

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (p.21-22).

Ou seja, a pesquisa qualitativa pode complementar as análises quantitativas, respondendo a questionamentos que não podem ser quantificados: avaliando motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes.

Diante disso, optou-se por observar a evolução de indicadores sociais, através da análise do IDH dos municípios do Agreste Meridional, obtidos através do Atlas de Desenvolvimento Humano e do Portal Condepe/Fidem, sendo utilizado o Microsoft Excel para estudo comparativo das séries históricas e elaboração de gráficos.

Também foram estudados os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal, com ênfase no componente Educação, no intuito de avaliar melhorias no setor, visto que a qualificação e a formação profissional levam, conseqüentemente, a uma maior inserção no mercado de trabalho e melhoria na renda dos trabalhadores.

Utilizaram-se também os resultados obtidos por Souza (2019), em pesquisa realizada anteriormente através de questionários aplicados aos egressos dos cursos das Ciências Agrárias. O autor optou por essa área de conhecimento, devido estar relacionada à base econômica da região, conhecida como bacia leiteira do estado, onde predomina a agropecuária, bem como, pelo fato desses cursos serem ofertados na instituição desde a sua implantação.

O universo estudado por Souza (2019) abrange alunos formados nos períodos de 2010.1 a 2017.2, totalizando 783 egressos, dos cursos de Agronomia, Zootecnia e Medicina Veterinária, para os quais foram enviados questionários (qualitativo-quantitativos) de forma

online, elaborados via ferramenta *Google Forms* e enviados por e-mail. O autor obteve 23% de respostas no total do universo pesquisado.

3.4 Análise dos Resultados

3.4.1 Índices de Desenvolvimento Humano de Pernambuco

Serão examinados nesta seção os indicadores de desenvolvimento social de Pernambuco, iniciando pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que é uma medida resumida do progresso de um determinado local, em três dimensões básicas: Renda, Educação e Saúde. O IDH oferece um contraponto ao PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (PNUD BRASIL, 2021).

O IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, traz uma série de componentes importantes, que podem nortear a elaboração de políticas públicas mais eficazes. O quadro abaixo traz informações do indicador, para o estado de Pernambuco, nos anos 1991, 2000 e 2010:

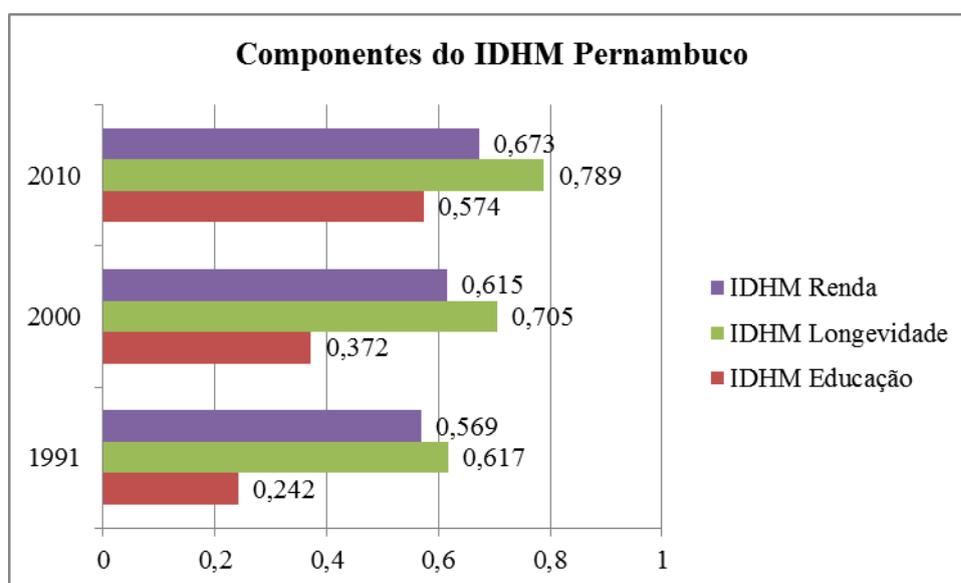
Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes – Pernambuco

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Estado - Pernambuco			
	1991	2000	2010
IDHM	0,440	0,544	0,673
IDHM Educação	0,242	0,372	0,574
IDHM Longevidade	0,617	0,705	0,789
IDHM Renda	0,569	0,615	0,673

Fonte: PNUD - Ranking IDHM Unidades da Federação

Entre 2000 e 2010, a dimensão Educação, foi aquela cujo índice mais cresceu (taxa de crescimento de 54,30%), seguida por Longevidade (aumento de 11,91%) e por Renda (aumento de 9,43%). A dimensão Educação contempla os percentuais de escolaridade de crianças, jovens e adultos no ensino infantil, fundamental e médio.

Abaixo, estes números estão representados graficamente para melhor compreensão.

Gráfico 15 – Componentes do IDHM - Pernambuco

Fonte:
Elaborado pelo

autor. Dados PNUD.

Nos tópicos seguintes serão tratados com maiores detalhes do IDHM, bem como de outros indicadores sociais dos municípios do Agreste Meridional, que é o foco deste estudo.

3.4.2 Índices de Desenvolvimento Humano Municipal por Região de Desenvolvimento de Pernambuco

A tabela 9 traz o IDHM de Pernambuco e de suas regiões de desenvolvimento, dos levantamentos feitos em 1991, 2000 e 2010.

Tabela 8 – Variação do IDHM por Região de Desenvolvimento - Pernambuco

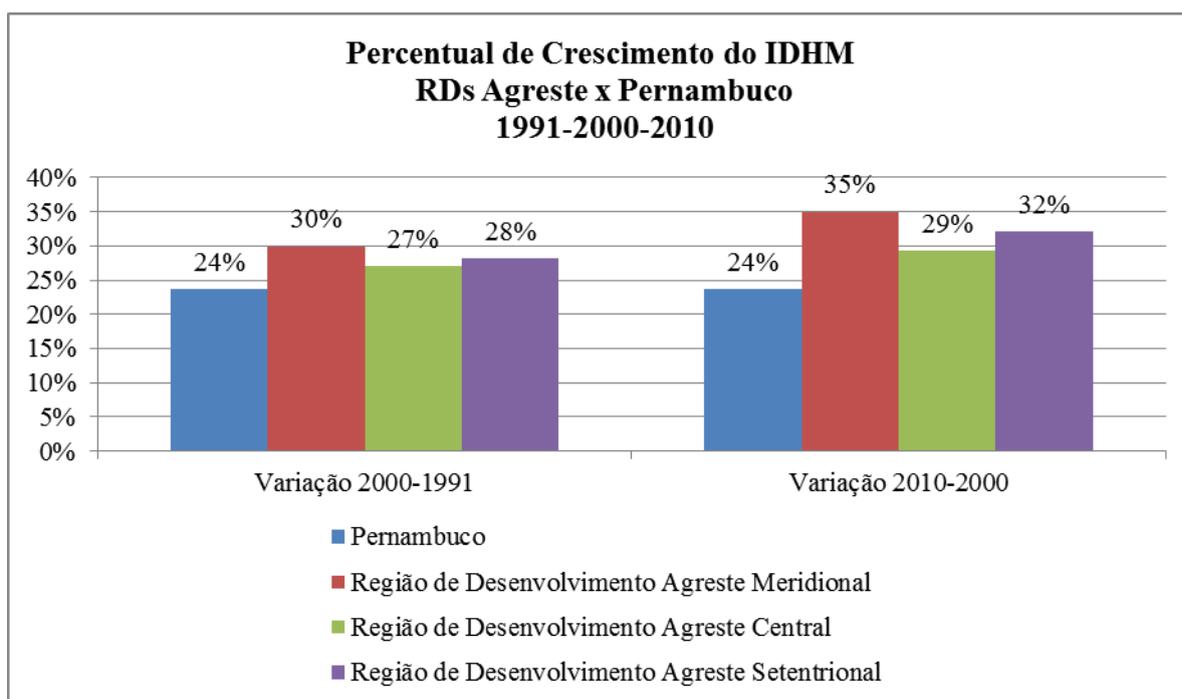
	IDHM				
	1991	Variação	2000	Variação	2010
Pernambuco	0,440	24%	0,544	24%	0,673
Região de Desenvolvimento Sertão de Itaparica	0,379	28%	0,486	27%	0,618
Região de Desenvolvimento Sertão do São Francisco	0,425	27%	0,541	25%	0,675
Região de Desenvolvimento Sertão do Araripe	0,291	46%	0,424	37%	0,583
Região de Desenvolvimento Sertão Central	0,354	34%	0,473	34%	0,634
Região de Desenvolvimento Sertão do Pajeú	0,369	33%	0,491	29%	0,633
Região de Desenvolvimento Sertão do Moxotó	0,383	27%	0,488	26%	0,617
Região de Desenvolvimento Agreste Meridional	0,334	30%	0,434	35%	0,586
Região de Desenvolvimento Agreste Central	0,381	27%	0,484	29%	0,626
Região de Desenvolvimento Agreste Setentrional	0,369	28%	0,473	32%	0,625
Região de Desenvolvimento Mata Sul	0,348	31%	0,456	33%	0,607
Região de Desenvolvimento Mata Norte	0,369	33%	0,490	29%	0,633
Região de Desenvolvimento Metropolitana	0,537	18%	0,633	16%	0,736

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – PNUD – Adaptado pelo autor

O Agreste Meridional apresenta um dos menores índices de IDHM do Estado, ficando à frente apenas da RD Sertão do Araripe, contudo observa-se que o percentual de crescimento dessas duas regiões se supera às demais no último levantamento. Em 2010 a RD Agreste Meridional apresentou uma ampliação de 35% em seu IDHM, em relação ao levantamento feito em 2000, sendo a segunda região do estado em termos de crescimento, com índice superior a média estadual.

Quando analisadas apenas as RDs do Agreste, visando utilizar como parâmetro suas similaridades geográficas e econômicas, o Agreste Meridional, apresenta um percentual de crescimento superior às suas circunvizinhas, conforme se vê no gráfico 16, ficando com índice superior ao do Estado, inclusive.

Gráfico 16 – Percentual de Crescimento do IDHM – Agreste e Pernambuco



Fonte: Elaborado pelo autor

Ou seja, o Agreste Meridional conseguiu um incremento maior que suas circunvizinhas, mesmo partindo de um IDHM muito baixo, mostrando maior velocidade de desenvolvimento, ainda que não tenha alcançado os níveis considerados ideais.

3.4.3 Indicadores de Educação

Extraindo desta análise o componente Educação do IDHM, dos municípios que compõem a região do Agreste meridional, obtêm-se os seguintes dados:

Tabela 9 – IDHM Educação – Municípios do Agreste Meridional

Municípios da RD Agreste Meridional	1991		2000		2010
	IDHM Educação	Variação	IDHM Educação	Variação	IDHM Educação
Águas Belas	0,417	8%	0,450	21%	0,546
Angelim	0,423	14%	0,484	15%	0,555
Bom Conselho	0,459	5%	0,481	22%	0,585
Brejão	0,396	12%	0,444	22%	0,540
Buíque	0,411	6%	0,434	15%	0,497
Caetés	0,419	0%	0,420	18%	0,497
Calçado	0,404	15%	0,463	14%	0,529
Canhotinho	0,441	11%	0,490	11%	0,543
Capoeiras	0,433	7%	0,464	14%	0,529
Correntes	0,440	11%	0,490	12%	0,551
Garanhuns	0,569	5%	0,599	11%	0,662
Iati	0,388	7%	0,416	25%	0,518
Itaíba	0,404	17%	0,471	13%	0,531
Jucati	0,399	11%	0,441	23%	0,541
Jupi	0,409	23%	0,503	11%	0,560
Jurema	0,384	27%	0,488	7%	0,522
Lagoa do Ouro	0,407	6%	0,433	24%	0,536
Lajedo	0,504	9%	0,547	10%	0,599
Palmeirina	0,418	23%	0,516	7%	0,554
Paranatama	0,436	4%	0,455	16%	0,528
Pedra	0,458	8%	0,496	11%	0,550
Saloá	0,495	-4%	0,474	18%	0,559
São João	0,427	11%	0,472	20%	0,565
Terezinha	0,385	2%	0,394	36%	0,536
Tupanatinga	0,370	11%	0,410	20%	0,494
Venturosa	0,455	15%	0,521	9%	0,570

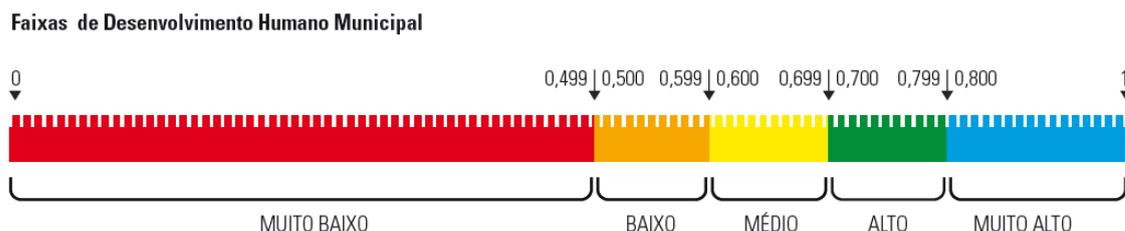
Fonte: Agência Condepe/Fidem – adaptação do autor

O IDHM-Educação traduz o acesso ao conhecimento dos municípios, sendo medido através de dois indicadores: 1. Escolaridade da pessoa adulta (percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo, com peso 1); e 2. O fluxo escolar da população jovem (medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental

completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; com peso 2. (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Como mencionado anteriormente o índice varia de 0 a 1, classificando-se como: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto, conforme mostrado figura 1:

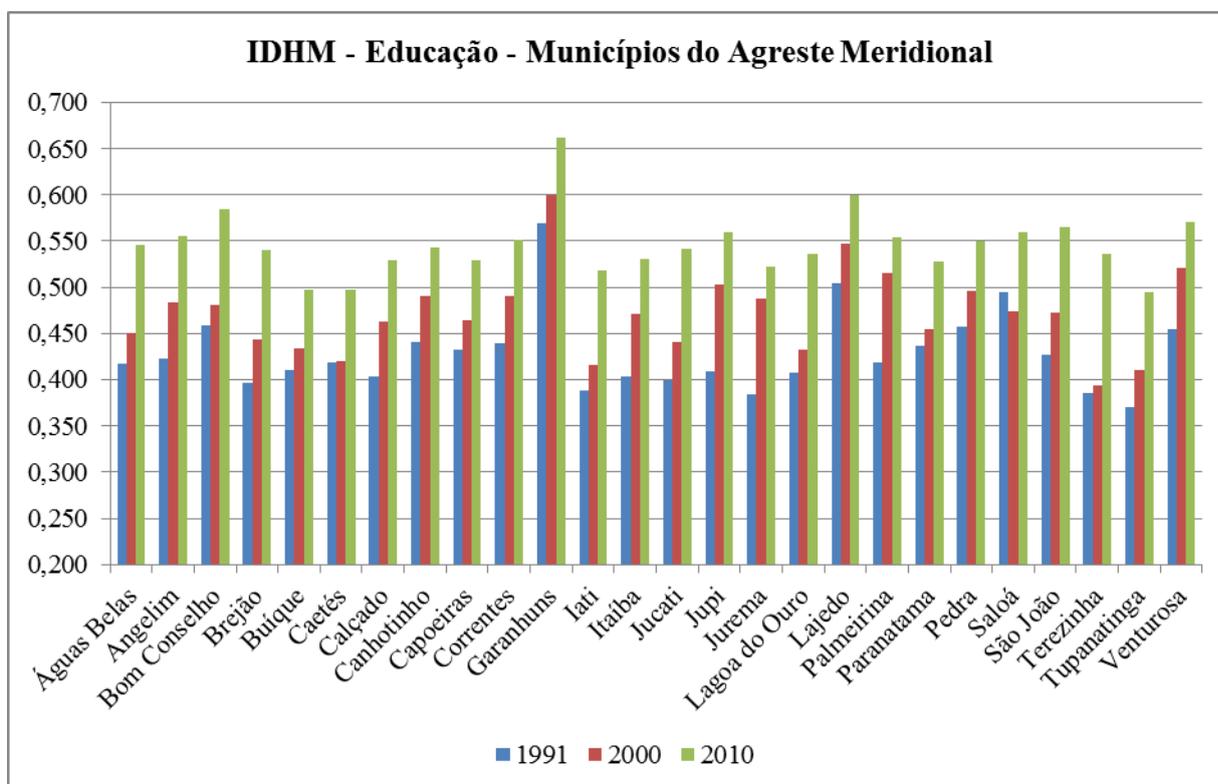
Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Municipal PNUD



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Assim sendo, constata-se que, no levantamento de 1991, praticamente todos os municípios da região apresentavam índices “muito baixos” do IDHM-Educação, com exceção de Garanhuns, que se apresentava com índice considerado “baixo”. Em 2000, apenas quatro municípios conseguiram subir de faixa, sendo eles: Jupi, Lajedo, Palmeirina e Venturosa. Já em 2010, Garanhuns atinge a faixa mediana do indicador e os demais, estão classificados na faixa de “baixo” desenvolvimento, com exceção de Buíque, Caetés e Tupanatinga, que permanecem como “muito baixas”, porém bem próximos de atingir a próxima faixa.

Gráfico 17 – IDHM Educação – Municípios do Agreste Meridional



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 17 ilustra o grau de crescimento do IDHM-Educação dos municípios da região. É possível observar uma variação maior nos índices para os pequenos municípios e com indicadores mais baixos, tanto em 2000 quanto em 2010, quando comparados ao município de Garanhuns, que é o maior da região, porém já tinha um grau de desenvolvimento mais elevado.

De forma a complementar esta análise, serão avaliados os índices Firjan de Educação, o IFDM Educação, dos municípios do Agreste Meridional, a fim de observar a evolução das notas deste índice no período de 2005 a 2016, já que o IDHM traz apenas os dados de 1991, 2000 e 2010.

O IFDM Educação foi idealizado para captar a oferta de educação infantil e, principalmente, a qualidade da educação prestada no ensino fundamental, em escolas públicas e privadas. A vertente é composta por seis indicadores: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ensino fundamental. Todos os dados são obtidos através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação. (Firjan, 2018)

Assim, será possível avaliar a evolução da Educação nos municípios do Agreste Meridional, contemplando-se os principais medidores educacionais, como: o atendimento à

educação infantil, através das matrículas em creches e pré-escolas; o abandono no ensino fundamental; a distorção idade-série do ensino fundamental; docentes com ensino superior no ensino fundamental; a média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do ensino fundamental.

Nesse sentido, a influência da UFAPÉ pode estar evidenciada no grau de formação de docentes do ensino fundamental, pois além dos cursos das Ciências Agrárias, a instituição oferece cursos de Licenciatura em Pedagogia, desde a sua implantação em 2005, e Licenciatura em Letras, a partir de 2009. Consequentemente, a formação de docentes também refletirá no IDEB, melhorando a qualidade do ensino.

A qualificação do docente está presente na meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), do MEC. Ele preconiza a formação contínua e a elevação da escolaridade do quadro de docentes, visando melhorar a qualidade do Sistema Educacional Brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina o nível superior como formação mínima necessária para atuar na educação básica, mas faculta aos docentes tal formação para o exercício do magistério nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. (FIRJAN, 2018)

Como valores de referência, foram convencionados quatro conceitos para o IFDM:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 ► baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 ► desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 ► desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 ► alto estágio de desenvolvimento

A tabela 11 abaixo traz o IFDM Educação dos municípios do Agreste Meridional. Para melhor compreensão estão pintadas de amarelo as notas consideradas de “desenvolvimento regular”, de azul as de “desenvolvimento moderado” e de verde, as de “desenvolvimento alto”. Aquelas de baixo estágio de desenvolvimento não estão destacadas.

Tabela 10 – IFDM Educação – Municípios do Agreste Meridional

Município	Evolução do IFDM EDUCAÇÃO											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Águas Belas*			0,395	0,388	0,445	0,452	0,523	0,541	0,583	0,581	0,601	0,616
Angelim	0,432	0,459	0,533	0,506	0,583	0,557	0,600	0,617	0,615	0,581	0,596	0,611
Bom Conselho	0,364	0,378	0,479	0,522	0,548	0,570	0,612	0,608	0,674	0,659	0,680	0,657
Brejão	0,455	0,423	0,479	0,473	0,528	0,581	0,654	0,656	0,692	0,696	0,751	0,750
Buíque	0,396	0,431	0,519	0,529	0,517	0,537	0,557	0,563	0,586	0,618	0,623	0,616
Caetés	0,386	0,393	0,470	0,504	0,524	0,514	0,522	0,496	0,516	0,516	0,585	0,590
Calçado	0,501	0,506	0,524	0,533	0,578	0,579	0,654	0,641	0,665	0,675	0,664	0,634
Canhotinho	0,328	0,349	0,488	0,501	0,529	0,571	0,648	0,668	0,648	0,623	0,642	0,672
Capoeiras	0,387	0,433	0,418	0,447	0,519	0,527	0,572	0,583	0,597	0,555	0,630	0,657

Correntes	0,338	0,326	0,344	0,382	0,416	0,429	0,506	0,491	0,491	0,546	0,596	0,609
Garanhuns	0,422	0,420	0,453	0,487	0,584	0,600	0,646	0,644	0,671	0,680	0,687	0,681
Iati	0,391	0,402	0,402	0,411	0,470	0,452	0,506	0,545	0,558	0,548	0,557	0,557
Itaíba	0,530	0,416	0,454	0,448	0,502	0,530	0,488	0,540	0,568	0,553	0,625	0,620
Jucati	0,307	0,288	0,470	0,532	0,585	0,591	0,656	0,658	0,703	0,729	0,799	0,800
Jupi	0,552	0,579	0,547	0,562	0,605	0,648	0,689	0,702	0,783	0,777	0,829	0,819
Jurema	0,377	0,340	0,386	0,448	0,510	0,592	0,633	0,631	0,684	0,659	0,737	0,690
Lagoa do Ouro	0,316	0,295	0,423	0,440	0,447	0,450	0,529	0,547	0,556	0,567	0,610	0,620
Lajedo	0,487	0,470	0,525	0,572	0,588	0,628	0,638	0,640	0,677	0,659	0,759	0,741
Palmeirina	0,505	0,427	0,508	0,539	0,545	0,559	0,563	0,569	0,689	0,648	0,606	0,605
Paranatama	0,480	0,406	0,514	0,477	0,510	0,536	0,527	0,519	0,548	0,579	0,651	0,664
Pedra	0,359	0,403	0,544	0,585	0,617	0,612	0,604	0,577	0,637	0,625	0,655	0,669
Saloá	0,346	0,329	0,407	0,394	0,402	0,473	0,454	0,480	0,512	0,549	0,593	0,594
São João	0,386	0,357	0,448	0,450	0,531	0,533	0,581	0,627	0,614	0,604	0,687	0,675
Terezinha	0,430	0,470	0,535	0,522	0,605	0,652	0,629	0,612	0,617	0,613	0,650	0,656
Tupanatinga	0,345	0,350	0,447	0,475	0,514	0,512	0,541	0,523	0,626	0,624	0,705	0,689
Venturosa	0,546	0,532	0,593	0,601	0,661	0,679	0,723	0,724	0,720	0,754	0,723	0,719
Estágio de desenvolvimento BAIXO	14	10	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Estágio de desenvolvimento REGULAR	11	15	23	22	22	20	13	13	10	10	6	3
Estágio de desenvolvimento MODERADO	0	0	0	1	4	6	13	13	16	16	20	21
Estágio de desenvolvimento ALTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2

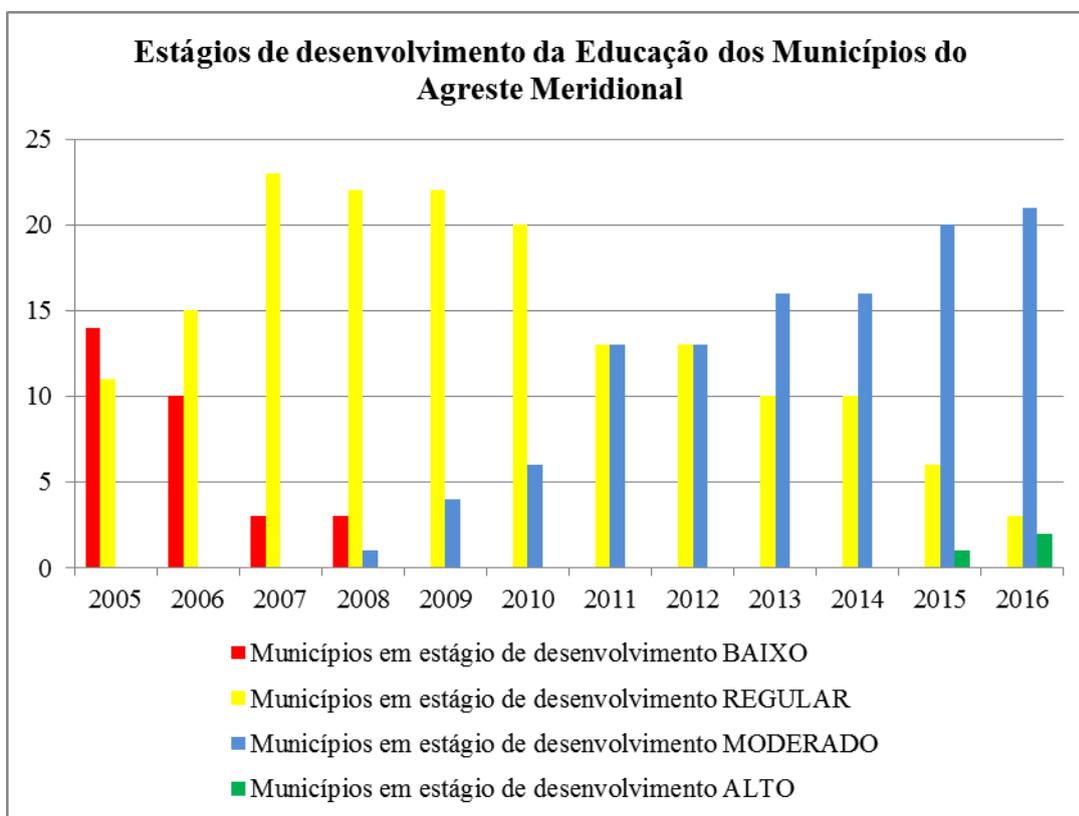
Fonte: Firjan, 2021. Adaptada pelo autor.

*Os dados sobre o município não foram informados para o período de 2005 e 2006.

Observa-se, que no início da série histórica, todos os municípios da região tinham estágio de desenvolvimento considerado “baixo” ou “regular” no quesito Educação. Contudo, houve uma mudança de cenário ao longo dos anos. Em 2010 seis municípios já alcançaram o estágio de desenvolvimento “moderado”, em 2011 esse número mais do que dobrou, quando onze municípios atingiram esse patamar. Não por coincidência, as conclusões das primeiras turmas de Licenciatura em Pedagogia ocorreram no ano de 2010, ampliando o capital humano com formação superior na área.

No final da série histórica, quase todos os municípios apresentavam estágio de desenvolvimento “moderado” ou “alto”, restando apenas três municípios com índices regulares, porém também próximos de atingiram o nível moderado. O Gráfico 18 ilustra melhor a mudança de cenário na Educação da região.

Gráfico 18 – Estágios de Desenvolvimento da Educação –Municípios do Agreste Meridional



Fonte: Elaborado pelo autor.

Chama atenção à velocidade com que pequenos municípios alcançaram níveis tão elevados do IFDM Educação, chegando a ultrapassar as notas de Garanhuns, o maior e mais desenvolvido município da região, como foi o caso de Jucati e Jupi, que chegaram ao último estágio de desenvolvimento antes do município polo.

Sabe-se que tais indicadores tem influência direta das políticas públicas municipais, pois são as prefeituras responsáveis pela educação básica e cada governo tem suas prioridades, porém, não há como alcançar excelência em educação sem capital humano devidamente capacitado. Tal fato evidencia a influência da formação superior nos indicadores educacionais em uma região, e prova o quanto uma instituição de ensino superior pode difundir desenvolvimento para todo o seu entorno. No caso do Agreste Meridional, esse efeito é percebido em todos os municípios.

Analisando os indicadores do INEP, por exemplo, é possível confirmar tal hipótese. A tabela 12 apresenta a média do percentual de docentes com curso superior, por modalidade de ensino nos anos de 2011, 2016 e 2020.

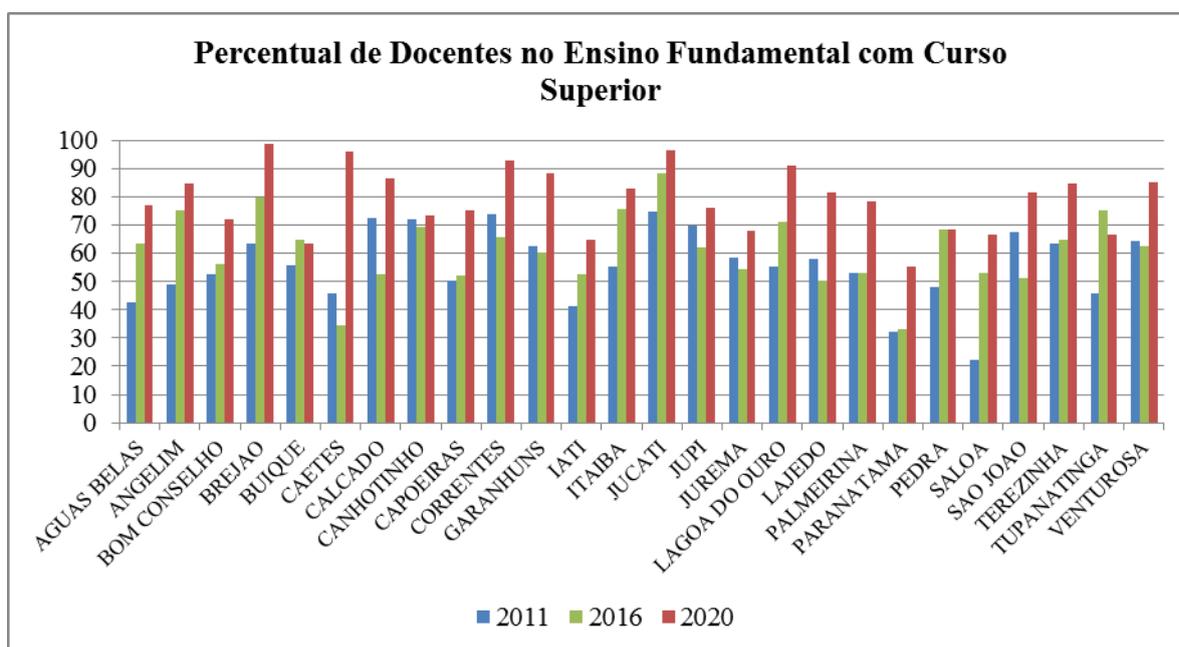
Tabela 11 - Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino

Agreste Meridional	Percentual de Funções Docentes com curso superior por etapa/modalidade de ensino								
	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
Média da Região (%)	2011	2016	2020	2011	2016	2020	2011	2016	2020
	23	36	64	56	61	79	92	97	99

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 19, faz o comparativo do percentual de docentes que atuam no ensino fundamental que tem formação superior, por município da região. O INEP traz os indicadores a partir de 2011, contudo é possível visualizar o incremento de profissionais com formação superior para o período imediatamente posterior as primeiras conclusões das turmas de licenciatura da UFape, conforme mencionado anteriormente.

Gráfico 19 – Percentual de Docentes no Ensino Fundamental com Formação Superior



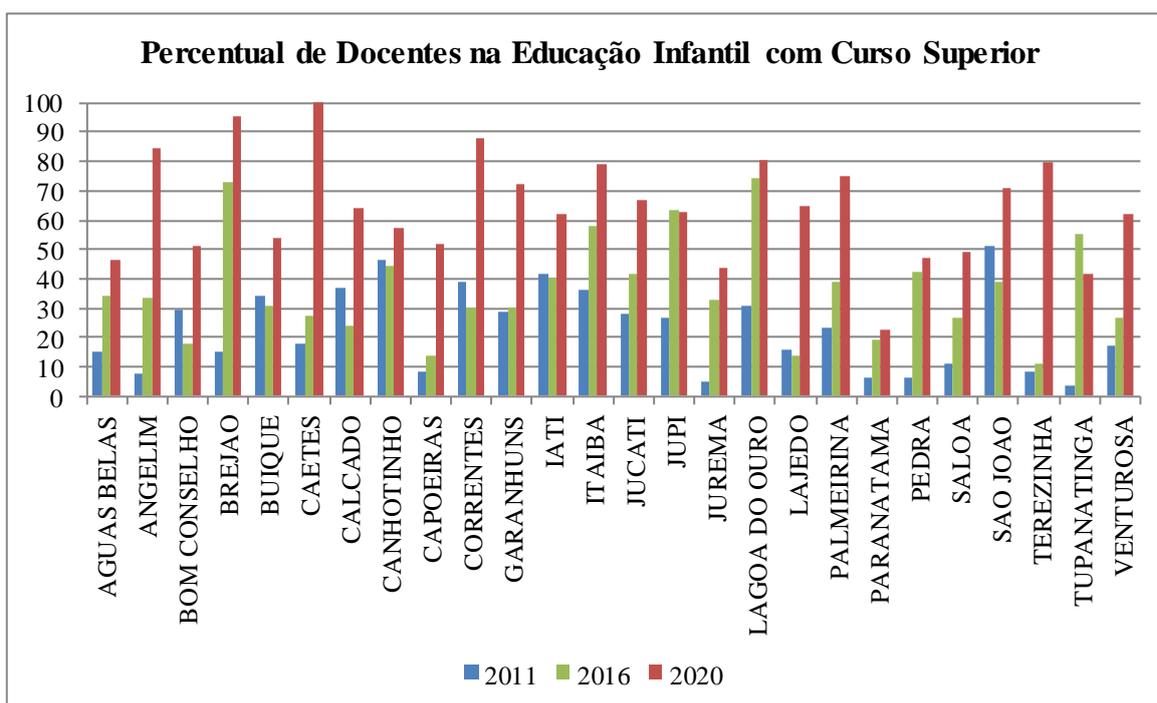
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do gráfico 19, observa-se o incremento de docentes com formação superior atuando no ensino fundamental dos municípios da região, mostrando que houve, ao longo dos últimos 10 anos, uma maior oferta desses profissionais no mercado, corroborando com o que foi constatado através dos índices FIRJAN, estudados acima. Alguns Municípios chegam a

quase 100% de professores com nível superior, no ensino fundamental. A região saiu de uma média de 56% para 79% de profissionais graduados atuando nessa etapa de ensino.

Quando se refere à educação infantil, também foi observado um incremento no percentual de docentes com nível superior atuantes nessa modalidade de ensino, como mostra o gráfico 20.

Gráfico 20 – Percentual de Docentes na Educação Infantil com Nível Superior

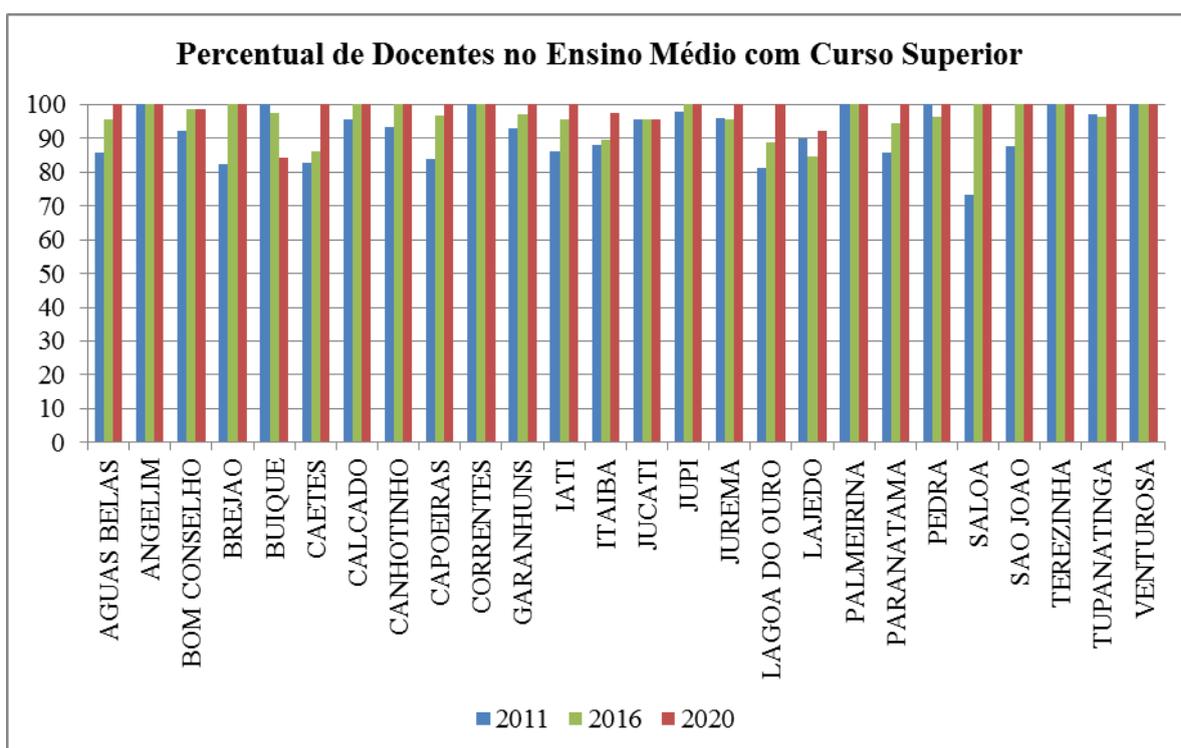


Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico apresenta um substancial aumento no percentual de docentes com nível superior atuantes na educação infantil, saindo de uma média de 23% em 2011, para 64% em 2020.

Já quanto ao ensino médio, quase todos os municípios da região atingiram 100% de docentes com grau de instrução superior, conforme se vê no gráfico 21.

Gráfico 21 – Percentual de Docentes no Ensino Médio com Curso Superior



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tais achados contribuem para o entendimento de que houve uma maior oferta de capital humano, com formação superior, em todos os municípios do Agreste Meridional, que conseqüentemente promoverão melhorias para a educação da região.

3.4.4 Indicadores de Renda e Vulnerabilidade Social

Quando o assunto são os indicadores sociais, os níveis de renda são de fundamental importância, pois indicarão o nível de bem estar social e de consumo das famílias no atendimento de suas necessidades básicas. Sobre a questão Renda o Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD (2013) traz que,

Na abordagem de desenvolvimento humano, o domínio sobre recursos indica se o processo de desenvolvimento se deu livre de privações das necessidades básicas dos indivíduos, como água, alimento e moradia. No IDHM, o acesso a necessidades básicas de forma a assegurar um padrão de vida digno é medido pela renda municipal mensal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais de 1º de agosto de 2010.

A renda per capita indica a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município. A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre eles. Assim, um município pode apresentar uma elevada renda per capita, mas, ao mesmo tempo, ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza. (PNUD, P. 74)

Assim, o IDHM Renda visa mensurar os níveis de renda per capita municipal, no intuito de avaliar os níveis de atendimento das necessidades básicas da população, como água, alimento e moradia, de forma a assegurar um padrão de vida digno. Contudo, tal indicador também apresenta limitações, pois não considera a desigualdade de renda entre habitantes do município.

Então, para ampliar esta análise é possível trazer como contraponto ao IDHM Renda, os Índices de Vulnerabilidade Social – IVS, que é composto por três subíndices: 1. Infraestrutura Urbana, 2. Capital Humano e 3. Renda e Trabalho, que “representam três grandes conjuntos de ativos, cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas” (IVS, IPEA, 2021).

A tabela 12 traz o IDHM Renda e o IVS dos municípios do Agreste Meridional.

Tabela 12 – IDHM Renda e IVS – Municípios do Agreste Meridional

Município	IDHM Renda			Índice de Vulnerabilidade Social		
	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação
Águas Belas	0,176	0,385	119%	0,714	0,589	-18%
Angelim	0,269	0,448	67%	0,635	0,506	-20%
Bom Conselho	0,227	0,433	91%	0,609	0,558	-8%
Caetés	0,18	0,417	132%	0,596	0,567	-5%
Brejão	0,179	0,395	121%	0,580	0,505	-13%
Buíque	0,148	0,392	165%	0,663	0,585	-12%
Calçado	0,245	0,468	91%	0,601	0,487	-19%
Canhotinho	0,201	0,403	100%	0,744	0,576	-23%
Capoeiras	0,225	0,419	86%	0,516	0,527	2%
Correntes	0,217	0,385	77%	0,593	0,493	-17%
Garanhuns	0,358	0,556	55%	0,495	0,360	-27%
Iati	0,14	0,369	164%	0,659	0,566	-14%
Itaíba	0,14	0,364	160%	0,625	0,516	-17%
Jucati	0,215	0,451	110%	0,550	0,472	-14%
Jupi	0,263	0,487	85%	0,600	0,471	-22%
Jurema	0,163	0,372	128%	0,660	0,566	-14%
Lagoa do Ouro	0,197	0,369	87%	0,649	0,503	-22%
Lajedo	0,304	0,503	65%	0,593	0,405	-32%
Palmeirina	0,238	0,438	84%	0,617	0,488	-21%
Paranatama	0,177	0,418	136%	0,583	0,514	-12%
Pedra	0,226	0,445	97%	0,666	0,572	-14%
Saloá	0,239	0,421	76%	0,571	0,466	-18%
São João	0,209	0,426	104%	0,647	0,526	-19%
Terezinha	0,175	0,425	143%	0,587	0,485	-17%
Tupanatinga	0,161	0,379	135%	0,728	0,621	-15%
Venturosa	0,306	0,484	58%	0,557	0,501	-10%

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados da Agência Condepe/Fidem e do Atlas do Desenvolvimento Humano/IVS.

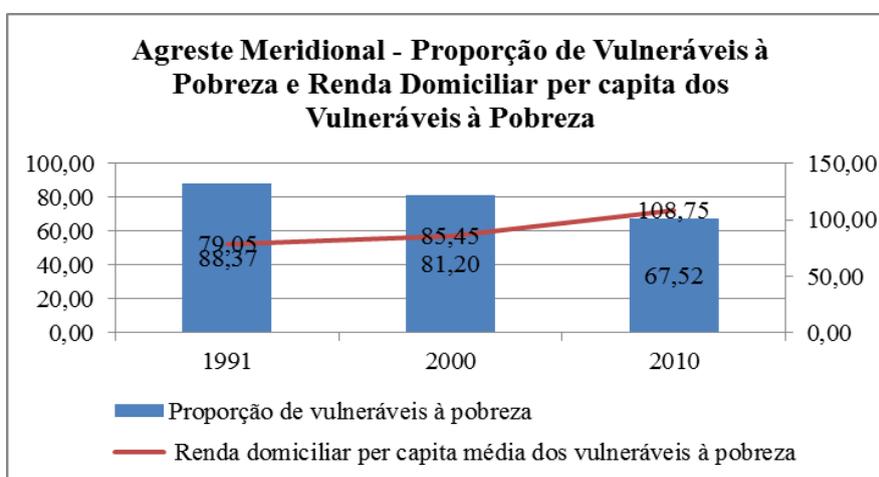
O IDHM Renda dos municípios da região apresentou uma substancial evolução em suas notas entre 2000 e 2010, contudo, conforme visto acima, o indicador apresenta limitações pelo fato de não mensurar a distribuição de renda, ou seja, leva em conta apenas a renda per capita dos municípios, havendo a possibilidade de concentração de renda entre os mais ricos.

Assim, se faz necessário avaliar os Índices de Vulnerabilidade Social, que mede o quanto a parcela mais pobre está conseguindo alcançar melhores condições de vida, ou seja, diminuir sua vulnerabilidade social, no atendimento de suas necessidades básicas. Conforme visto na tabela 12, os municípios do Agreste Meridional apresentaram, em média, uma queda de 16 % no grau de vulnerabilidade social, entre 2000 e 2010.

Como os dados disponíveis não permitem avaliar o período posterior a 2010, quando houve maior oferta de mão de obra qualificada na região, devido às formações das primeiras turmas da UFape tentar-se-á encontrar tais indícios também em outras análises. Contudo, esses números devem servir de base para estudos futuros que possam abranger um período maior desde antes da implantação da UFape, até o seu amadurecimento enquanto instituição pública autônoma, com sua constante oferta de capital humano qualificado e de soluções inovativas propulsoras de desenvolvimento.

Voltando aos indicadores de vulnerabilidade, o gráfico 20 mostra a proporção de vulneráveis à pobreza³ na Região do Agreste Meridional, nos levantamentos PNUD, bem como a evolução da renda domiciliar per capita dessas pessoas.

Gráfico 20 – Proporção de Vulneráveis à Pobreza X Renda Domiciliar Per Capita dos Vulneráveis à Pobreza



³ Proporção de vulneráveis à pobreza é dada pelo número de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.

Fonte: Elaborado pelo autor.

À medida que está diminuindo a proporção de vulneráveis à pobreza, está aumentando a renda per capita dessa parcela da população na região. Entre 1991 e 2010, a proporção de Vulneráveis a pobreza teve um decréscimo de 24% (de 88,37, em 1991, para 67,52, em 2010), enquanto isso a renda domiciliar per capita dessas pessoas foi ampliada em 38% no mesmo período (de R\$ 79,05 para R\$108,75).

3.4.5 Percepção dos Egressos das Ciências Agrárias da UFAPÉ

O trabalho pioneiro de Souza (2019) avaliou a percepção dos egressos dos cursos de Ciências Agrárias sobre a eficácia e efetividade dos cursos para o desenvolvimento do Agreste Meridional de Pernambuco. Os resultados encontrados foram classificados de acordo com o perfil dos egressos, conforme descritos no Anexo A.

O autor enviou questionários a ex-alunos que colaram grau em todos os semestres compreendidos entre 2010.1 e 2017.2, ou seja, desde os formados na primeira turma da instituição, até os que concluíram no semestre 2017.2, dos quais recebeu retorno de 182 respondentes dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, o correspondente a 23% do total de egressos desses cursos no período.

Quanto ao grau de instrução, em média 41% tinham apenas a graduação, 12% obtiveram o título de especialista *latu sensu*, 29% fizeram mestrado, 14% fizeram o doutorado e 5% dos egressos pesquisados obtiveram o título de pós-doutorado, de acordo com o levantamento de Souza (2019).

Souza também investigou a origem do ensino médio dos egressos e constatou que a maioria dos ex-alunos da UFAPÉ, dentre o universo de respondentes, cursaram o ensino médio na região do Agreste Meridional, cerca de 71%. E quanto à natureza da escola, a maioria era oriunda de escolas públicas, uma média de 66% dos respondentes.

Fica constatado, assim, que os estudantes da região do Agreste Meridional foram diretamente beneficiados com a chegada da UFAPÉ. Não fosse a implantação da instituição pública na região, talvez esses alunos não tivessem acesso à universidade.

Quanto ao suporte oferecido a estudantes na graduação, o trabalho de Souza (2019) questionou sobre o recebimento de bolsas e auxílios financeiros recebidos durante o período do curso e constatou que, em média 84% dos alunos respondentes, recebeu algum tipo de

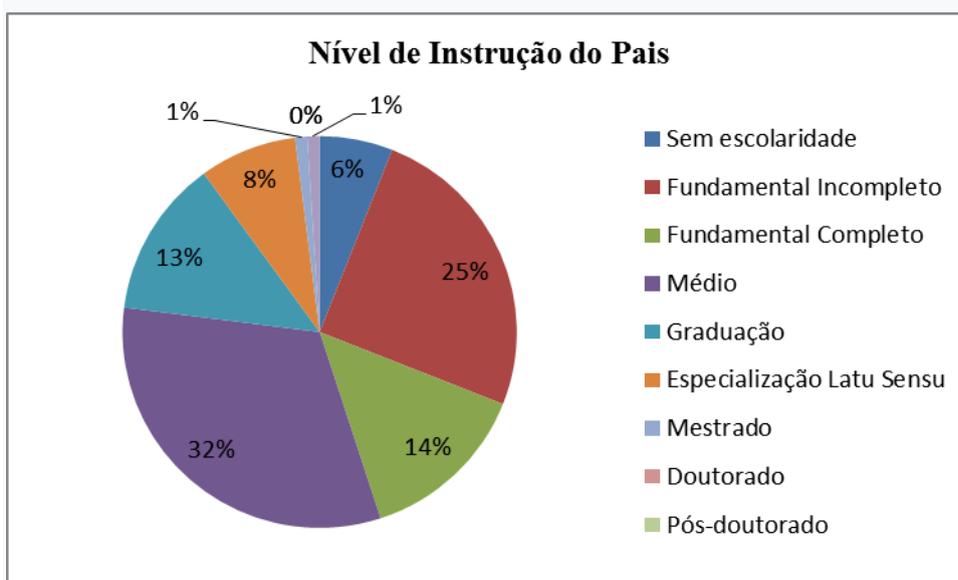
auxílio, o que aponta para uma dependência de apoio financeiro na permanência do aluno na instituição.

Outro dado importante diz respeito ao tipo de residência durante a graduação. A maioria dos egressos, uma média de 58%, respondeu que residiam com familiares, demonstrando que não houve a necessidade de o estudante sair do seio familiar para cursar graduação, como ocorria antes da interiorização do ensino superior, quando era necessário migrar para as capitais para realização da graduação nos cursos de Ciências Agrárias, assim como de outras áreas do conhecimento.

Os dados aqui citados encontram-se elencados no Anexo A, para melhor compreensão.

O trabalho pioneiro de Souza (2019) pesquisou também, dentre os egressos, o nível de instrução dos seus pais, chegando aos dados apresentados no gráfico 22.

Gráfico 22 – Nível de Instrução dos Pais dos Egressos da UFAPE



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados obtidos em Souza (2019)

Os números do gráfico mostram que apenas 23% dos pais dos respondentes concluíram o ensino superior (somando-se graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado), sendo assim, a maioria dos egressos era oriunda de famílias com nível de escolaridade inferior ao obtido pelo ex-aluno, o que revela uma evolução intelectual importante das famílias a partir da implantação da UFAPE (SOUZA, 2019).

3.5 Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a evolução dos indicadores sociais dos municípios do Agreste Meridional, no intuito de identificar a influência da implantação Universidade Federal do Agreste de Pernambuco na região.

A começar pelos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, comparando a evolução do indicador das regiões de desenvolvimento do Agreste e do Estado, observou-se que a RD Agreste Meridional teve um incremento em seu IDHM superior ao de suas circunvizinhas e ao de Pernambuco, apresentando uma evolução de 35% do índice, entre 2000 e 2010.

Constatou-se que, tanto em Pernambuco quanto na microrregião Agreste Meridional, o componente “Educação” foi aquele que apresentou maior evolução, dentre as três dimensões do IDHM (renda, educação e longevidade), mostrando que houve mudanças significativas nos parâmetros educacionais do Estado. Em 1991 praticamente todos os municípios da região apresentavam índices de desenvolvimento “muito baixos”, porém em 2010, a maioria passou para o estágio seguinte, de “baixo” desenvolvimento, e Garanhuns atingiu a faixa mediana do indicador.

De forma complementar, foram analisados os Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal de Educação, o IFDM Educação, que compreendeu o período de 2005 a 2016, fazendo um contraponto ao IDH, devido às limitações comparativas deste índice, no aspecto da evolução histórica.

O IFDM Educação dos municípios do Agreste Meridional mostrou uma efetiva mudança nos padrões educacionais da região, revelando que a maioria dos municípios saiu de um estágio de “baixo desenvolvimento” para o estágio de “moderado” ou de “alto desenvolvimento”, sendo essa mudança impulsionada a partir de 2010, com o incremento de capital humano com formação superior no mercado, especialmente atuando nas escolas de nível fundamental dos municípios, conforme mostraram os indicadores do Censo Escolar INEP.

Corroborando com esta análise, também se observou o incremento de docentes com formação superior, atuantes na Educação Infantil e no Ensino Médio da região, o que demonstrou uma ampliação do percentual desses profissionais em todas as etapas de ensino.

No que se refere aos níveis de bem estar social e consumo das famílias, foram avaliados o IDHM Renda e os Indicadores de Vulnerabilidade Social dos municípios do

Agreste entre 2000 e 2010. Verificou-se uma ampliação significativa do IDHM Renda, com a maioria dos municípios dobrando as suas notas, saindo de níveis “muito baixos”, para níveis “baixos” de desenvolvimento.

Tal mudança foi acompanhada de queda dos índices de vulnerabilidade social, em média de 16%, mostrando que também está melhorando a distribuição de renda entre os mais vulneráveis, melhorando o atendimento das necessidades básicas dos mais pobres. Tal achado foi confirmado através das medidas de proporção de vulneráveis à pobreza, que teve uma queda de 24%, bem como da ampliação em 38% da renda domiciliar *per capita* dessa parcela da população da região.

Também foi objetivo deste estudo avaliar as mudanças sociais ocorridas na região, a partir de uma análise sobre a percepção dos egressos dos cursos das Ciências Agrárias da instituição, quanto à efetividade de sua formação. Tal análise foi baseada no trabalho de Souza (2019), que enviou questionários ao grupo de ex-alunos dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia, do período de 2010 a 2017. Observação importante para fechar o entendimento sobre os impactos sociais da implantação da UFAPE na região.

Constatou-se que a maioria dos egressos era oriunda da região Agreste Meridional e cursou o ensino médio em escolas públicas, mostrando o quanto a instituição foi primordial para o acesso dessas famílias à universidade. Antes da interiorização do ensino superior, especialmente na área de Ciências Agrárias, os estudantes tinham que migrar para as capitais para cursar a graduação, restringindo o acesso a muitos que não tinham condições financeiras de se manter longe de casa.

Outra observação importante do trabalho de Souza (2019) foi que, grande parte dos respondentes afirmou ter recebido algum tipo de bolsa ou assistência estudantil, contribuindo para a sua permanência na graduação e, conseqüentemente, com os orçamentos familiares. E no que diz respeito à escolaridade dos pais, ficou comprovado através da pesquisa, que a maioria das famílias, teve no egresso da UFAPE, o primeiro membro com formação superior. Apenas 23% dos pais dos egressos possuíam nível de escolaridade superior completo, comprovando a dificuldade do acesso de gerações anteriores às instituições de ensino de graduação.

Todos esses achados podem apontar para as influências da UFAPE nas transformações da dinâmica social dos municípios do Agreste Meridional, desde a oferta de vagas de graduação, para uma parcela da sociedade que antes não tinha a perspectiva de ingressar na universidade, até na formação de capital humano qualificado, para atuar na

educação da região, e, conseqüentemente promover melhorias no ensino básico e melhorar os níveis de renda da população.

Contudo, as universidades devem manter diálogo constante com a sociedade, no intuito de apurar as demandas econômicas e sociais da região, de forma a se tornar cada vez mais efetiva para o desenvolvimento da região no seu entorno.

Além disso, a universidade pode fortalecer, cada vez mais, o seu vínculo com a comunidade através de suas atividades de extensão, abrindo constantemente suas portas para que a sociedade se envolva em seus projetos. A oferta de serviços a grupos desfavorecidos e a promoção do acesso à educação, promoverá um engajamento social cada vez mais influenciador no desenvolvimento comunitário.

Sugere-se, ainda, que sejam realizadas novas pesquisas no intuito de observar, no longo prazo, os impactos sociais alcançados na região, visto que foram encontradas limitações temporais de dados de IDH. Bem como, com relação ao monitoramento de egressos, é necessário que haja uma constante avaliação, capaz de medir o grau de inserção dos mesmos no mercado de trabalho ou sua continuidade no ambiente acadêmico, visando assim, contribuir para as tomadas de decisões internas da instituição quanto à efetividade de seus cursos.

Também se faz necessária à realização de novas pesquisas que venham a mensurar os impactos causados pelos recentes cortes orçamentários para a educação, visto que se reduziram consideravelmente os investimentos nas instituições federais de nível superior, levando à estagnação de suas expansões e melhorias e, conseqüentemente, podendo provocar retrocessos nesses indicadores sociais.

4. Conclusão

A pesquisa em tela constituiu-se da tentativa de identificar as influências da implantação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE, nas esferas econômica e social, da região do Agreste Meridional de Pernambuco, de forma a apresentar as principais interferências da chegada da instituição para a dinâmica local.

Desta forma, foram avaliados os principais indicadores econômicos dos municípios do Agreste Meridional, como o PIB, a produção de leite (como forte arranjo produtivo local),

a constituição de empresas e a geração de emprego e renda, no intuito de verificar as mudanças ocorridas na evolução da economia local, após a implantação da instituição.

Quanto aos aspectos sociais, propôs-se avaliar indicadores como o IDHM e seus componentes, índices de educação e de vulnerabilidade social e também a percepção dos egressos das ciências agrárias da UFAPE, conforme pesquisado por Souza (2019), visando identificar as mudanças no comportamento social local.

Os resultados obtidos, quanto ao aspecto econômico, mostraram que houve um incremento significativo do PIB do Agreste Meridional em 2006 (+16,15%), período imediatamente posterior à implantação da UFAPE, mantendo uma evolução mais homogênea, quando comparada às demais regiões do Estado, bem como cresceu o número de empresas de diversos ramos de atividades, que, conseqüentemente, originaram novos postos de trabalho formal na região.

Destaque-se que a região sofreu impactos negativos devido às condições climáticas, no período de 2010 a 2014, quando a estiagem comprometeu sua produção agropecuária, dado que a região tem a bacia leiteira como forte arranjo produtivo. Contudo, observou-se que houve rápida recuperação do setor, o que pode ser avaliado como influência da instituição, através da formação de capital humano e da inovação tecnológica nesse ramo de atividade, onde a UFAPE atua de forma direta e indireta, devido aos cursos de ciências agrárias ofertados, bem como, devido à sua participação em fóruns de discussões do setor e sua parceria com o Estado, através do Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (ProAPL).

Com relação aos aspectos sociais, na análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM observou-se uma evolução significativa do indicador na região do Agreste Meridional, superior às suas circunvizinhas, no mesmo período, com destaque

para o IDHM Educação, que foi o componente que obteve maior incremento, tanto na região quando no Estado.

De forma complementar, também foram analisados os índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal de Educação, o IFDM Educação, que revelou uma efetiva mudança nos padrões educacionais da região, levando os municípios a saírem de níveis considerados de “baixo desenvolvimento”, para níveis “moderados” ou de “alto desenvolvimento” em toda a região. Tal fato é percebido especialmente após o ano de 2010, que coincide com o ano das primeiras turmas de concluintes da UFAPE, que também já oferecia, desde sua implantação, o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Também foram avaliados os níveis de bem estar social e consumo das famílias através dos indicadores de Renda e Vulnerabilidade Social. Como o IDHM Renda, não considera a desigualdade entre habitantes, podendo haver concentração de riqueza, optou-se por comparar esse índice ao IVS dos municípios, o que revelou um incremento significativo nas notas do IDHM Renda, entre 2000 e 2010, acompanhado de decréscimo nos níveis de vulnerabilidade social, no mesmo período.

Observou-se ainda, uma queda na proporção de vulneráveis à pobreza (-24%), acompanhada de ampliação da renda *per capita* dessa parcela da população, constatando que houve melhoria na distribuição de renda e bem-estar social das famílias mais vulneráveis.

De forma a reforçar as hipóteses de influências da implantação da UFAPE na dinâmica social da região, extraiu-se dados da pesquisa de Souza (2019), sobre a percepção dos egressos das Ciências Agrárias da UFAPE. Os dados revelaram que a maioria dos egressos eram oriundos de escolas públicas do Agreste Meridional, evidenciando o quanto a implementação da instituição na região promoveu o acesso da comunidade local à universidade. Antes da chegada da UFAPE, era necessário migrar para as capitais para realização de cursos

superiores das áreas de Ciências Agrárias, limitando o acesso de muitos jovens às universidades, devido às suas condições financeiras para se manterem longe de casa.

Também foi observado na pesquisa de Souza (2019), que a maioria das famílias dos respondentes, tinha no egresso da UFAPE o primeiro membro com formação superior, mostrando o grau de dificuldade de acesso à universidade das gerações anteriores.

Todos esses achados evidenciam as influências positivas da UFAPE na dinâmica social e econômica da região atendida pela instituição, vindo a impulsionar o desenvolvimento local através da inovação tecnológica e da formação do capital humano, fortalecendo os arranjos produtivos locais e promovendo melhorias no bem estar social da região.

A pesquisa encontrou algumas limitações temporais, devido à indisponibilidade de alguns dados anteriores à implantação da instituição, bem como, a sua recente implantação permitiu observar apenas os dados em curto prazo, sendo necessário novas pesquisas que venham a avaliar os impactos econômicos e sociais no longo prazo.

Sugere-se novos estudos para avaliar as mudanças de longo prazo, bem como para mensurar os impactos causados pelos cortes orçamentários, pelos quais tem sofrido a Educação Superior e as pesquisas no país, ao longo dos últimos anos.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLA, W.B.;SULIANO, D.C., **Avaliação dos Impactos Sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará(UFC)**, Rev. Bras. Estud. Pedagoga. [online]. 2015, vol.96, n.243, pp.282-298. ISSN 0034-7183. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>, Acesso em: 06 maio.2021.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**, Disponível em: <http://inep.gov.br/sinaes>, Acesso em: 06 maio.2021.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Censo da Educação Escolar, 2019, **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**, Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> , Acesso em: 06 maio.2021.
- CALDARELLI, E.C.; CAMARA, M.R.G.;PERDIGÃO,C., **Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses**, Repositório do Conhecimento do IPEA, 2015, Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4144>, Acesso em 10 nov. 2019.
- DINIZ, C.C.;VIEIRA, D.J., **Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil**, Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.129, p.99-115, jul./dez. 2015, Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5342685>, Acesso em: 04 maio.2021.
- FIRJAN, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, **Metodologia**,2018, Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/46/21/E2/BD/DF834610C4FC8246F8A809C2/Methodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>, Acesso em 03 Maio. 2021.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), O Atlas, 2013, Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>, Acesso em: 06 maio. 2021.
- MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>, Acesso em: 01 agosto.2019.
- MORA, J.G; SERRA, M; VIEIRAM.J. O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: contribuição das universidades latino-americanas. In: SERRA, M; ROLIM, C; BASTOS, A.P. (Org). **Universidades e Desenvolvimento Regional: as Bases para a Inovação Competitiva**, Rio de Janeiro, Idea D, 2018. p. 123-153. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro Universidades e Desenvolvemento Regional Serra Rolim Bastos.pdf](https://www.eco.unicamp.br/nesur/images/arquivos/Livro_Universidades_e_Developim ento_Regional_Serra_Rolim_Bastos.pdf), Acesso em: 02 jun.2021
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL, A ONU e o Meio Ambiente, **Portal**, Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente> , Acesso em: 05 maio. 2021

PEIXOTO, C.S.B.S., MORAES FILHO, R.A., MORAES, I.C., VIEIRA, L.G.H.S., SOUZA, M.E.J., **Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior**, Revista GUAL, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 230-252, maio-agosto 2019, DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n2p230>, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/1983-4535.2019v12n2p30/38508> Acesso em: 12 novembro. 2019

PNUD BRASIL. Desenvolvimento Humano e IDH, Portal, Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html> Acesso em: 13 novembro. 2019

PNUD BRASIL, **Ranking IDHM Unidades da Federação**, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013, Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>, Acesso em: 05 maio. 2021

PNUD/IPEA/FJP, **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**, Série: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD / IPEA / FJP, 2013, Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf, Acesso em 03 maio. 2021.

SOUZA, M.E.J., Uma análise da eficácia e da efetividade dos cursos das ciências agrárias da Unidade Acadêmica de Garanhuns para o desenvolvimento do Agreste Meridional de Pernambuco, **Dissertação**, Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, 2019.

UFRPE, PROPLAN, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2020**. Versão Revista e Atualizada, Resolução Nº 36/2018 – Conselho Universitário, 2018, Disponível em: http://ww2.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/pdi_2018-08-21_0%5B1%5D.pdf, Acesso em 05 maio. 2021.

ANEXOS

Anexo A – Dados extraídos do Trabalho de Souza (2019)

I - Características do Universo de Pesquisa

Universo Pesquisado	Egressos x Respostas	Agronomia	Veterinária	Zootecnia	Total
	Total de Egressos	261	330	192	783
	Total de Respostas	72	58	52	182
	Percentual de respostas	28%	18%	27%	23%
Quanto ao Gênero (%)	Gênero	Agronomia	Veterinária	Zootecnia	Média
	Feminino	33	40	40	38
	Masculino	67	60	60	62
Quanto ao Nível de Instrução (%)	Nível de Instrução	Agronomia	Veterinária	Zootecnia	Média
	Graduação	42	45	37	41
	Especialização Latu Sensu	11	16	8	12
	Mestrado	19	33	35	29
	Doutorado	19	7	15	14
	Pós-doutorado	8	0	6	5

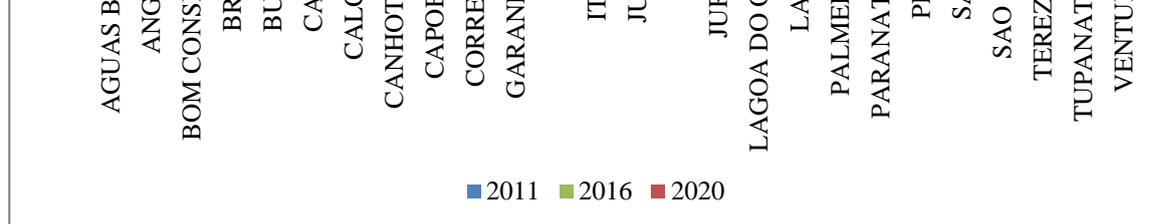
II - Origem do Ensino Médio dos Egressos da UFAPE

Características do Ensino Médio				
Quanto a Localização	Agronomia	Veterinária	Zootecnia	Média
Agreste Meridional (PE)	78	64	71	71
Agreste Central ou Setentrional (PE)	6	12	4	7
Outras Regiões de Pernambuco	14	19	17	17
Outros Estados	3	5	8	5
Quanto a Natureza do setor	Agronomia	Veterinária	Zootecnia	Média
Da rede pública	64	74	60	66
Da rede privada	31	22	29	27
Em ambas (pública e privada)	4	2	6	4
De rede privada com bolsa	1	2	6	3

III - Suporte Oferecido aos Egressos da UFAPE durante a Graduação

Realizou estágio durante a graduação, além do estágio supervisionado obrigatório	Agronomia %	Veterinária %	Zootecnia %	Média %
Sim	36	83	67	62
Não	64	17	33	38
Recebeu bolsa ou auxílio financeiro ⁴				
Sim	86	83	83	84
Não	14	17	17	16
Com quem residia durante a graduação				

⁴ Bolsas de assistência estudantil, de pesquisa, extensão e outras.



Família	63	53	57	58
Amigos	22	41	29	31
Sozinho	7	3	8	6
Residência estudantil ofertada pela universidade	8	3	6	6

Fonte: Souza (2019) – Adaptado pelo autor.